



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS - PPGPP  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**PATRÍCIA MATOS MACHADO**

**OBSERVATÓRIO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: A  
PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE  
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA**

**CRUZ DAS ALMAS – BAHIA**

**2024**

**PATRÍCIA MATOS MACHADO**

**OBSERVATÓRIO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: A  
PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE  
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA**

Trabalho apresentado, sob a forma de dois artigos, ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador (a): Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosineide Pereira Mubarack Garcia.

Áreas de Concentração: Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Linha de Pesquisa 1: Gestão de Políticas Sociais e Educacionais.

**CRUZ DAS ALMAS – BAHIA**

**2024**

## FICHA CATALOGRÁFICA

M149o

Machado, Patrícia Matos.

Observatório Programa Universidade para Todos: a percepção dos beneficiários de uma política pública de acesso ao ensino superior no Estado da Bahia / Patrícia Matos Machado.\_ Cruz das Almas, BA, 2024. 115f.; il.

TCC - Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientadora: Prof. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia.

1. Ensino superior – Política pública. 2. Ensino superior – Finalidades e objetivos – Análise. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II. Título.

CDD: 378.81

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela  
Elaboração Antonio Marcos Sarmento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS - PPGGP  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**OBSERVATÓRIO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: A  
PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE  
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA**

Comissão Examinadora da Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de Patrícia  
Matos Machado

Aprovada em: 15 de maio de 2024

Documento assinado digitalmente  
 **ROSINEIDE PEREIRA MUBARACK GARCIA**  
Data: 17/06/2024 21:25:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosineide Pereira Mubarack Garcia**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB  
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente  
 **SUSANA COUTO PIMENTEL**  
Data: 19/06/2024 11:23:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Susana Couto Pimentel**  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB  
(Examinador Interno)

Documento assinado digitalmente  
 **TANIA MOURA BENEVIDES**  
Data: 18/06/2024 10:57:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Moura Benevides**  
Universidade Federal da Bahia - UFBA  
(Examinador Externo)

Dedico, esse trabalho a minha família, meu esposo **Wilton** pelo incentivo e força, aos meus filhos **Júlia**, **Wiltinho**, e **Sofia** que, em muitos momentos, foram fontes de motivação e inspiração. A minha equipe do Programa Universidade para Todos UPT/SEC/BA, que se envolveram tanto, que costumo dizer que fizeram o mestrado junto comigo. Aos colegas, amigos, e companheiros de gestão UPT, que acompanharam e incentivaram muito, considerando ser essa uma oportunidade, por meio da pesquisa, de ouvir os beneficiários do programa, suas percepções a respeito dessa política pública que completou duas décadas.

## AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus, que rege nossa vida, cuidando sempre de tudo, pela sua graça infinda e por tantos milagres que Ele realizou em minha vida, na vida da minha família, em especial, na vida da minha mãe Dina, minhas irmãs Paula e Perla.

Na família, que constitui a partir do amor, que me uniu a Wilton Machado de Oliveira, e desse amor, vieram Júlia, Wiltinho e Sofia, que ao longo da jornada acadêmica, deram-me força, apoio e incentivo nos momentos que foram recheados de desafios, me estimulando a prosseguir nos momentos mais delicados da empreitada.

A minha orientadora e companheira pedagógica, Profa. Dra. Rosineide Mubarak, por seu apoio, incentivo, auxílio constante, oportunidade do aprendizado e na conclusão dessa empreitada.

A minha equipe da Coordenação do Programa Universidade para Todos UPT/BA, da Secretaria da Educação (SEC), Iara Passos, Gustavo Gumarães, Tânia Fróis, que se envolveram tanto, desde a minha inscrição, etapas da seleção, até chegar na aprovação no mestrado, vivenciando durante o percurso, as construções das atividades avaliativas, durante o período de realização dos componentes curriculares, até a minha defesa, que acabo reafirmando que cursaram junto comigo o mestrado.

Aos Coordenadores Institucionais UPT de cada Universidade parceira, pelo apoio, parceria, incentivo, mobilização e contribuições valiosas para a realização da pesquisa, que interessou a todos e todas, pois foi a oportunidade, a partir da pesquisa de ouvir os beneficiários, do Programa UPT/BA.

Aos colegas de turma e a todos os professores de cada componente curricular, pela partilha de muitos momentos acadêmicos interessantes, e cheia de significados. Realizamos tantas atividades pedagógicas, não pedagógicas juntos e juntas, que transformou a trajetória leve, bacana, e cheia de registros memoráveis e produções acadêmicas, que contribuíram muito na minha trajetória acadêmica.

Aos companheiros Rosa Helena Teixeira, Astor Vieira Júnior, Fabricio Magalhães, Cynthia Machado, Fátima Aparecida, e Leticia Machado, que me apoiaram e incentivaram, em tempos e formas diferentes, nessa caminhada tão significativa enquanto mestranda.

Ao Prof. Marcius de Almeida Gomes, que colaborou, incentivou e entendeu minha dupla jornada, como estudante-trabalhadora e permitiu que algumas concessões

fossem realizadas, com vista à conclusão deste trabalho, recheado de significados para mim.

A todos que participaram da pesquisa e contribuíram, para que pudéssemos conhecer o Programa Universidade para Todos UPT/Bahia, a partir da percepção de cada um dos segmentos envolvidos com o Programa. Valeu muito! Vocês tem minha **GRATIDÃO** eterna.

Enfim, tenho muito a agradecer, a todos que de alguma forma contribuíram para a materialização desse projeto pessoal, meu muito obrigada de coração. Valeu e sempre reafirmo, foi bom demais!

**OBSERVATÓRIO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: A  
PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE  
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA**

**RESUMO**

O Programa Universidade para Todos (UPT/BA) é uma ação de política pública social, vinculada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), desenvolvido em parceria com as Universidades públicas: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Desde sua implantação e com 20 anos de execução, o Programa não havia passado por uma avaliação detalhada. Em vista disso, a presente pesquisa buscou avaliar o Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no Estado da Bahia, através da percepção dos seus beneficiários, configurando-se como uma política pública de acesso ao Ensino Superior. A elaboração desse trabalho foi realizada através da construção de dois artigos, que embasam os resultados dessa pesquisa, possibilitando fazer uma radiografia, acerca do Programa a partir da percepção dos seus beneficiários. Desse modo, com fito de avaliar o referido Programa, adotou-se, de uma forma geral, como percurso metodológico a utilização da pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso, com abordagem quali-quantitativa sendo realizada em quatro etapas: 1) pesquisa documental e levantamento bibliográfico, para a coleta de informações através de fontes primárias e outras já tratadas; 2) aplicação de matriz *SWOT*, para identificar a percepção dos beneficiários do Programa UPT/BA, acerca dos seus pontos fortes (forças e oportunidades) e fracos (fraquezas e ameaças); 3) tabulação, descrição e análise dos dados coletados; e 4) construção da matriz *SWOT* do Programa UPT/BA. Diante dos dados apresentados foi possível constatar que o Programa já se consolidou como uma ação importante para os estudantes egressos e concluintes do ensino médio, auxiliando-os a ingressarem no ensino superior, tendo como um ponto forte também, oportunizar aos estudantes universitários que atuam como monitores, o exercício da prática docente, caracterizando-se também, como uma oportunidade proporcionada pelo Programa. Por outro lado, foi detectado alguns pontos fracos e ameaças ao Programa que devem ser tratados pela equipe gestora com bastante atenção, como o valor da hora/aula dos monitores e equipe técnica, o processo de inscrição que ocorre, exclusivamente, pela internet, a necessidade da atualização do material didático, a ausência de um sistema integrado, que possibilite o levantamento do número de cursistas UPT, que ingressaram na universidade, nas variadas formas de ingresso, nas instituições públicas e particulares, de ensino superior, entre outros, que podem ser desvelados ao final do trabalho, com maior detalhamento, compondo a matriz *SWOT* do Programa. Nesse viés, o acompanhamento do Programa UPT/BA traz a necessidade de estabelecer indicadores de acompanhamento, fazendo parte do planejamento estratégico e assim fornecer subsídios que permitam potencializar e qualificar o Programa.

**Palavras-Chave:** Avaliação; Ensino Superior; Matriz *SWOT*; Política Pública Educacional.

# UNIVERSITY FOR ALL PROGRAM OBSERVATORY: THE PERCEPTION OF BENEFICIARIES OF A PUBLIC POLICY ON ACCESS TO HIGHER EDUCATION IN THE STATE OF BAHIA

## ABSTRACT

The University for All Program (UPT/BA) is a social public policy action, linked to the Department of Education of the State of Bahia (SEC), developed in partnership with public Universities: University of the State of Bahia (UNEB), State University of Southwest Bahia (UESB), State University of Santa Cruz (UESC), State University of Feira de Santana (UEFS) and the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB). Since its implementation and with 20 years of execution, the Program had not undergone a detailed evaluation. In view of this, this research sought to evaluate the University for All Program (UPT), implemented in the State of Bahia, through the perception of its beneficiaries, configuring itself as a public policy for access to Higher Education. The elaboration of this work was carried out through the construction of two articles, which support the results of this research, making it possible to make an x-ray about the Program from the perception of its beneficiaries. Thus, in order to evaluate the aforementioned Program, the use of bibliographical, documentary and case study research was generally adopted as a methodological path, with a qualitative and quantitative approach being carried out in four stages: 1) documentary research and survey bibliographic, for collecting information through primary sources and others already treated; 2) application of a SWOT matrix, to identify the perception of beneficiaries of the UPT/BA Program, regarding their strengths (strengths and opportunities) and weaknesses (weaknesses and threats); 3) tabulation, description and analysis of collected data; and 4) construction of the SWOT matrix of the UPT/BA Program. In view of the data presented, it was possible to verify that the Program has already established itself as an important action for high school graduates and seniors, helping them to enter higher education, also having as a strong point, providing opportunities for university students who work as monitors, the exercise of teaching practice, also characterized as an opportunity provided by the Program. On the other hand, some weaknesses and threats to the Program were detected that must be addressed by the management team with great attention, such as the hourly rate for monitors and technical staff, the registration process that takes place exclusively over the internet, the need to update teaching material, the absence of an integrated system, which makes it possible to survey the number of UPT students, who entered the university, in various forms of entry, in public and private institutions, higher education, among others, which can be revealed at the end of the work, in greater detail, composing the Program's SWOT matrix. In this sense, monitoring the UPT/BA Program brings with it the need to establish monitoring indicators, forming part of the strategic planning and thus providing subsidies that allow the Program to be enhanced and qualified.

**Keywords:** Assessment. University Education. *SWOT* Matrix. Educational Public Policy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Esquema do percurso metodológico adotado para construção dos artigos 1 e 2	<b>22</b>
-----------------	--	-----------

### ARTIGO 1

<b>Figura 1</b>	Identificação da abrangência das quatro Universidades estaduais parceiras na implantação do Programa UPT/BA no ano de 2023	<b>42</b>
-----------------	--	-----------

### ARTIGO 2

<b>Figura 1</b>	Identificação das áreas de abrangência das Universidades parceiras na implantação do Programa UPT/BA no ano de 2003	<b>56</b>
-----------------	---	-----------

<b>Figura 2</b>	Tamanho total da amostra da pesquisa	<b>58</b>
-----------------	--------------------------------------	-----------

<b>Figura 3</b>	Matriz para elaboração da análise <i>SWOT</i>	<b>61</b>
-----------------	---	-----------

<b>Figura 4</b>	Percepção dos participantes da pesquisa sobre as possíveis grandes forças do Programa UPT /BA	<b>65</b>
-----------------	---	-----------

<b>Figura 5</b>	Percepção dos participantes da pesquisa sobre as possíveis fraquezas que podem atingir o Programa UPT /BA	<b>67</b>
-----------------	---	-----------

<b>Figura 6</b>	Percepção dos participantes da pesquisa sobre as possíveis ameaças do Programa UPT/BA	<b>68</b>
-----------------	---	-----------

<b>Figura 7</b>	Percepção dos participantes da pesquisa sobre as possíveis oportunidades de grande relevância do Programa UPT /BA	<b>70</b>
-----------------	---	-----------

<b>Figura 8</b>	Matriz <i>SWOT</i> do Programa UPT/BA	<b>71</b>
-----------------	---------------------------------------	-----------

## GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Quantidade de municípios atendidos pelo Programa UPT/BA de 2003 à 2023	<b>44</b>
<b>Gráfico 2</b>	Quantidade de vagas ofertadas pelo Programa UPT/BA de 2003 à 2023	<b>44</b>
<b>Gráfico 3</b>	Quantitativo de alunos aprovados nas Instituições de Ensino Superior (IES) através do Programa UPT/BA de 2003 a 2022	<b>45</b>

## **QUADROS**

### **ARTIGO 1**

<b>Quadro 1</b>	Tipologias de análise de políticas públicas desenvolvidas por Secchi (2014) a partir dos trabalhos desenvolvidos por Lowi (1972); Wilson (1972); Gormley (1968); Gustafsson (1983); e Bozeman; Pandey (2004)	<b>30</b>
<b>Quadro 2</b>	Tipos de contextos para a formulação de uma política pública	<b>32</b>
<b>Quadro 3</b>	Pontos trazidos sobre a educação nas diferentes Constituições Brasileiras	<b>34</b>

### **ARTIGO 2**

<b>Quadro 1</b>	Investimento descentralizado para as Universidades parceiras do Programa Universidade para Todos/BA, no período de 2019 a 2023	<b>57</b>
-----------------	--	-----------

## TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Panorama geral com quantitativo de municípios atendidos, investimento, vagas ofertadas, monitores e aprovados em Instituições de Ensino Superior do Programa UPT/BA no período de 2003 a 2023	<b>43</b>
<b>Tabela 2</b>	Resultados da subcategoria forças do Programa UPT/BA	<b>103</b>
<b>Tabela 3</b>	Resultados da subcategoria fraquezas do Programa UPT/BA	<b>105</b>
<b>Tabela 4</b>	Resultados da subcategoria ameaças do Programa UPT/BA	<b>107</b>
<b>Tabela 5</b>	Resultados da subcategoria oportunidades do Programa UPT/BA	<b>109</b>
<b>Tabela 6</b>	Resultados do perfil geral dos participantes do Programa UPT/BA	<b>112</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>Cis</b>	Cisgênero
<b>CNS</b>	Comissão Nacional de Ética
<b>COAMV</b>	Comitê de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação
<b>CEP</b>	Comitê de Ética da Pesquisa
<b>COVID-19</b>	Doença do Coronavírus
<b>ENADE</b>	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>FEBA</b>	Faculdade de Educação da Bahia
<b>F.O.F.A</b>	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento Estudantil
<b>IES</b>	Instituições de Ensino Superior
<b>FTC</b>	Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PBP</b>	Programa Bolsa Permanência
<b>PRODEPE</b>	Programa de Desenvolvimento de Pessoas em Educação
<b>PET</b>	Programa de Educação Tributária
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>PPGGPP</b>	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas
<b>REUNI</b>	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>UAB</b>	Programa Universidade Aberta
<b>ProUni</b>	Programa Universidade para Todos
<b>UPT/BA</b>	Programa Universidade para Todos do Estado da Bahia
<b>SEC/BA</b>	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
<b>SEFAZ/BA</b>	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
<b>SAEB</b>	Sistema de Avaliação da Educação Básica
<b>SWOT</b>	<i>Strengths</i> (forças), <i>weaknesses</i> (fraquezas), <i>opportunities</i>

(oportunidades) e *threats* (ameaças)

<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UNIBAHIA</b>	Faculdades Integradas de Ipitanga
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia
<b>UEFS</b>	Universidade Estadual de Feira de Santana
<b>UESC</b>	Universidade Estadual de Santa Cruz
<b>UESB</b>	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
<b>UFRB</b>	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO: RELATOS DE COMO TUDO COMEÇOU...</b>	<b>17</b>
--	-----------

**ARTIGO 01 - TRAJETÓRIA DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS:  
POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA  
BAHIA**

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>24</b>
<b>2</b>	<b>DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR</b>	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT) NO ESTADO DA BAHIA</b>	<b>38</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>47</b>

**ARTIGO 02 – OBSERVATÓRIO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS:  
PERCEPÇÃO DOS SEUS BENEFICIÁRIOS**

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>52</b>
<b>2</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>54</b>
<b>3</b>	<b>OBSERVATÓRIO UPT/BA: OLHAR DOS BENEFICIÁRIOS</b>	<b>62</b>
3.1	PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA	62
3.2	OS ACHADOS ATRAVÉS DA MATRIZ <i>SWOT</i>	64
3.2.1	<b>Análise do ambiente interno do Programa UPT/BA: forças e fraquezas</b>	<b>64</b>
3.2.2	<b>Análise do ambiente externo do Programa UPT/BA: ameaças e</b>	<b>68</b>

	<b>oportunidades</b>	
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>72</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>75</b>
	<b>APONTAMENTOS FINAIS: A CAMINHADA NÃO ACABOU!</b>	<b>77</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>81</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b>	<b>82</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO</b>	<b>84</b>
	<b>APÊNDICE C – TABELA 2: RESULTADO DA SUBCATEGORIA FORÇAS DO PROGRAMA UPT/BA</b>	<b>103</b>
	<b>APÊNDICE D – TABELA 3: RESULTADO DA SUBCATEGORIA FRAQUEZAS DO PROGRAMA UPT/BA</b>	<b>105</b>
	<b>APÊNDICE E – TABELA 4: RESULTADO DA SUBCATEGORIA AMEAÇAS DO PROGRAMA UPT/BA</b>	<b>107</b>
	<b>APÊNDICE F – TABELA 5: RESULTADO DA SUBCATEGORIA OPORTUNIDADES DO PROGRAMA UPT/BA</b>	<b>109</b>
	<b>APÊNDICE G – TABELA 6: RESULTADO DO PERFIL GERAL DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA UPT/BA</b>	<b>112</b>
	<b>APÊNDICE H – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA (EXTRATO)</b>	<b>113</b>

## **APRESENTAÇÃO: RELATOS DE COMO TUDO COMEÇOU....**

Neste momento, peço permissão aos leitores pela opção em escrever na primeira pessoa do verbo, por considerar relevante compartilhar as minhas andanças e minha relação com a escolha do tema de pesquisa, pois descreverei de forma sucinta a minha jornada pessoal, acadêmica e profissional. Sou pertencente da camada popular, no município de Vitória da Conquista/BA, oriunda de escola pública, iniciando a minha trajetória na educação, a partir do curso de magistério (1993). Entretanto, só tive acesso ao Ensino Superior (1997), no curso de Pedagogia de uma faculdade particular, uma vez que não obtive êxito nos processos seletivos da educação pública, sendo o primeiro membro da família a cursar o Ensino Superior, sendo aprovada no Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas Olga Mettig em 1997. O processo de formação na Faculdade de Educação da Bahia (FEBA) foi uma experiência significativa. Ser uma profissional formada pela FEBA, para mim significou reconhecimento de formação sólida, embasada por princípios éticos e conhecimento sobre meu campo de atuação, que optei por licenciatura em Pedagogia, com Habilitação em Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau e Supervisão Escolar 1º e 2º graus<sup>1</sup>.

Na Pós-Graduação, concluí o Curso de Especialização em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB, 2003), além do Curso de Especialização em Psicopedagogia, com concentração em Psicopedagogia Clínica (2003).

Na minha trajetória profissional, atuei como instrutora no Programa de Desenvolvimento de Pessoas em Educação (PRODEPE, 1999); docente da educação básica (1999-2001) em algumas instituições educacionais, localizadas em Salvador/BA. Na Educação Superior (2007 – 2009), atuei como docente das disciplinas Pedagógicas, nas instituições de ensino superior particulares, Unidade Bahiana de Ensino Pesquisa e Extensão (UNIBAHIA), e Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia (FTC).

Em 2003 até os dias de hoje, passei a ocupar um cargo técnico e de gestão na Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), fazendo parte da equipe de gestão do Projeto Faz Universitário, derivado do Programa de Educação Tributária

---

<sup>1</sup>A nomenclatura 2º grau, atualmente refere-se ao Ensino Médio. Supervisão Escolar do 1º e 2º graus corresponde ao Ensino Fundamental; e Ensino Médio, respectivamente, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96.

(PET/BA) e, atualmente, faço a gestão do Universidade para Todos (UPT/BA), meu objeto de pesquisa do Mestrado.

Ao buscar realizar o Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (PPGGPP) na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), apresentei um projeto de pesquisa a partir de minhas experiências, principalmente na condição de gestora do Programa UPT/BA, que assumi no ano de 2010, a procura de respostas para situações que me desafiavam, como gestora de uma política pública de estado, voltado para o acesso a educação superior. Tal foco de pesquisa me pareceu muito adequado ao mestrado profissional, que se propõe a estudar a questão das políticas públicas e elaborar um projeto de ação que possa ser devolvido para a realidade, tanto ao professor-pesquisador que o apresenta, quanto para outros profissionais.

Importante ressaltar, que esse contexto de mestranda de 2022 a 2024, embora tenha sido muito comemorado, vivido de forma muito positiva, desde a inscrição para concorrer a uma vaga, ao processo de seleção com o contexto de cada etapa vencida, há algumas dificuldades com as quais tive que lidar ao longo dessa jornada e que não poderia deixar de registrar nessa apresentação. Não se trata do curso ser ou não difícil, mas sim como me adaptei a ele. Foi a adaptação que determinou e representou uma nova perspectiva, repleta de possibilidades e de desafios, dificuldades de conciliar trabalho e estudo, problemas de saúde física, emocional, dificuldades financeiras, novos desafios que vieram na gestão do programa, a partir do novo contexto de gestão governamental, a maternidade, o matrimônio, nível de exigência e carga de trabalho acadêmico, que exigiu o exercício integral de minha capacidade de reflexão e crítica, tendo que intensificar as leituras, estudar e investigar o tempo todo, para responder seja aos créditos dos componentes curriculares que foram cumpridos a partir de matérias obrigatórias e optativas, a cada semestre, ao desafio de submeter a pesquisa ao Comitê de Ética da Pesquisa (CEP), que no caso da minha pesquisa, a submissão foi enviada e submetida para 05 comitês das universidades públicas, envolvidas com os seres humanos que iriam participar da pesquisa (UNEB/UESC/UEFS/UESB e UFRB). Destaco, que mesmo já tendo autorização por parte dos representantes legais dessas instituições para a realização da pesquisa, já contemplada por meio das declarações, e com parecer favorável pelo Comitê de Ética da Pesquisa da universidade proponente – a UFRB, tive algumas idas e vindas, de demandas dos Comitês de Ética das Universidades,

coparticipantes, em especial, das universidades UESC e UEFS, o que acabou por impactar na aplicabilidade do questionário, para os beneficiários do Programa UPT, ligados a essas instituições, por conta da lacuna temporal entre cuidar das demandas e aplicar os questionários.

Já registro, que na minha opinião, que tive várias idas e vindas, nesse processo de submissão, com alguns desses comitês, um dos grandes desafios do Comitê de Ética da Pesquisa (CEP) é de desburocratizar as relações humanas e intra-institucionais para a realização de pesquisas e procurar compreender esse movimento tão importante e necessário legalmente, com cautela, sensibilidades, agilidade e garantia de haver conexão entre as diferentes interfaces - entre CEP, Instituição proponente e pesquisadores, para que seja rápido e menos sofrido, esse processo de aprovação e liberação para a aplicação da pesquisa.

Embora as dificuldades sejam diferentes para cada pessoa, uma coisa é fato, estar no contexto de um Mestrado Profissional, se constituiu como um espaço para o verdadeiro desenvolvimento da pesquisa aplicada e implicada, já que durante a realização do meu percurso acadêmico, desde a realização dos componentes curriculares, até a realização e conclusão da pesquisa, muitos foram os desafios, como o de pesquisar a própria prática, considerando que ao analisar a percepção dos beneficiários, por meio das respostas no questionário, a minha atuação como gestora do Programa, também seria analisada, a relação pesquisador e pesquisados, que ficou tão evidente, já que a pesquisa se direcionou para a própria prática, na qual eu enquanto pesquisadora e os beneficiários do Programa UPT/BA, estávamos imbricados e implicados com vistas a intervir na realidade investigada.

Assim, a intencionalidade desse Trabalho de Conclusão de Curso em formato de dois artigos, explicitado neste documento resulta de um processo de pesquisa realizada no âmbito do referido Mestrado. O estudo vincula-se à Linha de Pesquisa 01, intitulada “Gestão em Políticas Sociais e Educacionais”, bem como, ao macroprojeto estruturante denominado de Gestão e Avaliação de Políticas Educacionais, tendo como orientadora a Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarak Garcia. O presente trabalho, teve como objetivo geral, avaliar o Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no Estado da Bahia, através da percepção dos seus beneficiários, configurando-se como uma política pública de acesso ao Ensino Superior, e como objetivos específicos identificar as ações do Programa Universidade para Todos (UPT) implantado no Estado

da Bahia, que o caracteriza como uma política pública de acesso ao Ensino Superior, que foi desenvolvido no artigo 1, desse trabalho; e conhecer a percepção dos beneficiários, acerca do Programa UPT/BA através da matriz SWOT, no período de 2019 a 2023, que resultou no artigo 2. O Programa UPT/BA completou duas décadas, no ano de 2023, e que teve como recorte para aplicação da pesquisa de campo, o período de 2019 a 2023, configurando-se como uma política pública de acesso ao Ensino Superior, em 2020, por meio de um Decreto próprio.

Isto posto, e de modo particular, a inquietação ora pessoal e profissional, passou a ter contornos institucionais, por ser uma análise pioneira, considerando que em 20 anos de existência, ainda são escassos os estudos e publicações sobre o Programa UPT/BA, e por isso de relevância acadêmica e social. Optou-se pela apresentação dos resultados desta pesquisa no formato de dois artigos, encontrando-se devidamente alinhados às prerrogativas estabelecidas pela Instrução Normativa PPGGPPSS N° 02/2021, que dispõe acerca de orientações para desenvolvimento e avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), no âmbito do Programa.

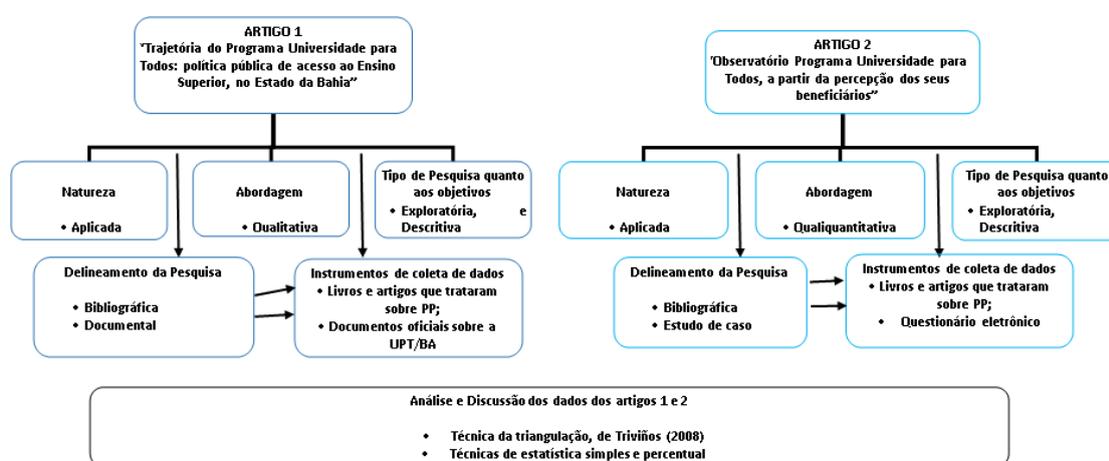
Nesse primeiro estudo, caracterizado como artigo 1, intitulado “Trajetória do Programa Universidade para Todos: política pública de acesso ao Ensino Superior, no Estado da Bahia”, metodologicamente, é uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, exploratória, além de ser descritiva, pois tem como objetivo principal descrever um determinado objeto de estudo, nesse caso o Programa Universidade para Todos (UPT), do Estado da Bahia. Em relação aos procedimentos, consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como instrumentos de coleta de dados, livros e documentos por meio de fontes primárias (decretos/relatórios das universidades/relatórios de governo, que ainda não foram tratados cientificamente ou analiticamente), além da observação direta. Para iniciar a pesquisa teve como questão do problema: Quais as ações do Programa Universidade para Todos (UPT) implantado no Estado da Bahia, que o caracteriza como uma política pública de acesso ao Ensino Superior? Para responder ao problema da pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral identificar as ações do Programa Universidade para Todos (UPT) implantado no Estado da Bahia, que o caracteriza como uma política pública de acesso ao Ensino Superior, no período de 2003 a 2023. Para alcançar o objetivo geral, elencou-se como objetivos específicos: apresentar uma discussão conceitual sobre políticas públicas, caracterizando e tipificando as mesmas; e descrever as ações relativas ao Programa

Universidade para Todos (UPT) implantado no Estado da Bahia no período de 2003 a 2023. Para isto, foi realizada a fundamentação teórica através dos trabalhos de Souza (2006), Boneti (2007), Guareschi *et al.* (2004) e Smarjassi; Arzani (2021), entre outros.

O segundo estudo, caracterizado como artigo 2, intitulado “Observatório Programa Universidade para Todos: percepção dos seus beneficiários”, metodologicamente, consistiu numa pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualiquantitativa, descritiva, assim como também é exploratória. Quanto aos procedimentos foi de cunho bibliográfico e pesquisa de campo, do tipo estudo de caso. O instrumento de coleta utilizado foi um questionário eletrônico, com questões objetivas que foi disponibilizado para os estudantes egressos e concluintes do ensino médio, das escolas públicas do Estado da Bahia, além de livros e artigos científicos publicados. O problema inicial foi: Qual a percepção do Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no Estado da Bahia (BA), na ótica dos seus beneficiários? Para responder a essa questão, teve como objetivo geral conhecer o a percepção dos beneficiários acerca do Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no Estado da Bahia, através da matriz *SWOT*, no período de 2019 a 2023. E como objetivos específicos, analisar o desempenho do Programa UPT/BA, através da matriz *SWOT*; e conhecer a percepção dos beneficiários, monitores e servidores das Universidades parceiras, acerca do Programa UPT/BA. A fundamentação teórica desse segundo artigo, faz referências aos autores que tratam sobre o tema políticas públicas, como Chiavenato e Sapiro (2003) e Martins (2006) entre outros, além da temática matriz *SWOT*. A matriz *SWOT* que significa *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças), mais conhecida no Brasil como Matriz F.O.F.A, traz muitas vantagens, pois mostra um cenário bem realista e permite prever possíveis dificuldades, implementar melhorias, relacionar os pontos fortes e fracos por uma perspectiva interna e externa, identificar também as ameaças e oportunidades, e esses elementos servem para compor uma grande lista, que possibilita ao gestor, analisar o que está acontecendo hoje e o que pode ser melhorado, num processo analítico que permite entender a complexidade e as especificidades a partir da percepção dos seus beneficiários. Importante ressaltar, mesmo sendo de grande valia para um vasto número de organizações, a matriz *SWOT* sofre críticas devido ao fato de não responder questões relativas às competências que podem diferenciar a organização avaliada de seus concorrentes, pois a análise não consegue mensurar dados relacionados ao longo

prazo. Uma outra crítica feita também a matriz *SWOT* é de que não existe um procedimento utilizado para aumentar a precisão da análise feita e ao mesmo tempo os líderes não correlacionam os fatores internos e externos da organização. Porém, mesmo com tantos questionamentos a matriz é uma ferramenta bastante utilizada até mesmo devido à simplicidade na qualidade de implantação.

**Figura 1** – Esquema do percurso metodológico adotado para construção dos artigos 1 e 2



Fonte: Autoria própria, 2024.

Para a análise e discussão dos dados dos artigos 1 e 2, foi utilizada a técnica da triangulação, de Triviños (2008), conforme pode ser observado na Figura 1, por contribuir para a integração dos dados advindos de fontes diversas, ampliando a compreensão do objeto em estudo, levando em consideração aspectos do contexto social, cultural e histórico no qual está circunscrito. Em relação ao tratamento, análise e interpretação dos dados foi utilizada técnicas de estatística simples e percentual, apresentadas em formas de gráficos, com os resultados referentes aos dados encontrados na base de dados, junto a coordenação geral do Programa Universidade para Todos/SEC/BA, assim como os resultados advindos da pesquisa de campo.

## ARTIGO 01

**TRAJETÓRIA DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS:  
POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO  
ESTADO DA BAHIA**Patricia Matos Machado<sup>1</sup>Rosineide Pereira Mubarack Garcia<sup>2</sup>**RESUMO**

O presente artigo teve como objetivo geral analisar as ações e desenvolvimento do Programa Universidade para Todos (UPT) implantado no Estado da Bahia, ao longo de duas décadas, no período de 2003 a 2023, configurando-se como uma política pública de acesso, com viés de permanência ao Ensino Superior. Esta pesquisa se delineou, metodologicamente, a partir da abordagem qualitativa e ancorou-se na pesquisa bibliográfica e documental a partir de livros e artigos que abordassem o tema política pública de acesso ao ensino superior (Smarjassi; Arzani, 2021) e outras publicações recentes sobre a temática (Araújo, 2022; Andrade, 2023), junto a base de dados de trabalhos científicos, sendo escolhidos a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, além de documentos oficiais e institucionais que amparam o Programa UPT/BA, com coleta de dados baseados em roteiros de análise bibliográfica e documental. Como resultado, constatou-se que a implementação de políticas públicas voltadas para o acesso ao Ensino Superior são complexas, envolvem vários atores, porém centrado no governo e de difícil implantação e manutenção. Desta forma, foi detectado que o Programa UPT/BA vem se mantendo como uma política pública educacional, surgindo como uma ação, reflexo de uma decisão intencional, voltada para estudantes da rede estadual, do ensino médio, na direção da igualdade de oportunidade ao acesso à Educação Superior e de forma estratégica foi iniciada em municípios/sede das universidades públicas estaduais, ampliando-se posteriormente, para instituições de ensino superior federal.

**Palavras-Chave:** Acesso; Educação; Ensino Superior; Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup>Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGGPP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Contato de e-mail: pmmachado8897@gmail.com

<sup>2</sup>Pedagoga, Doutora em Educação, docente e pesquisadora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGGPP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Contato de e-mail: [rose.mubarack@ufrb.edu.br](mailto:rose.mubarack@ufrb.edu.br).

## TRAJECTORY OF THE UNIVERSITY FOR ALL PROGRAM: PUBLIC POLICY ON ACCESS TO HIGHER EDUCATION IN THE STATE OF BAHIA

### ABSTRACT

The general objective of this article was to analyze the actions and development of the University for All Program (UPT) implemented in the State of Bahia, over two decades, from 2003 to 2023, configuring itself as a public policy of access and permanence to Higher Education. This research was methodologically based on a qualitative approach, and was anchored in bibliographic and documentary research based on books and articles that addressed the topic of public policy on access to higher education (Smarjassi; Arzani, 2021) and other recent publications on the topic (Araújo, 2022; Andrade, 2023), together with the database of scientific works, being chosen from reading the titles, abstracts and keywords, in addition to official and institutional documents that support the UPT/BA Program, with data collection based on bibliographic and documentary analysis scripts. As a result, it was found that the implementation of public policies aimed at access to Higher Education are complex, involve several actors, but are government-centered and difficult to implement and maintain. In this way, it was detected that the UPT/BA Program has been maintained as a public educational policy, emerging as an action, a reflection of an intentional decision, aimed at students from the state network, high school, towards equal opportunity to access to Higher Education and strategically initiated, in municipalities/headquarters of state public universities.

**Keywords:** Access; Education; University Education; Public Policy.

### 1 INTRODUÇÃO

A construção de uma política pública, especialmente uma política de acesso ao Ensino Superior, necessita da participação de vários partícipes, sociedade civil, governo Federal, estadual ou/e municipal, e por vezes da participação de Organizações Não Governamentais (ONG), para que ela se concretize, porém encontra-se centrada no governo. A implantação da Universidade para Todos UPT/BA não foi diferente, surgiu em 2003, como uma ação intencional do governo do Estado, voltada para estudantes da rede estadual, na direção da igualdade de oportunidade ao acesso à Educação Superior.

Com essa premissa, o presente trabalho estabeleceu o seguinte problema da pesquisa: Quais as ações do Programa Universidade para Todos (UPT) implantado no

Estado da Bahia, que o caracteriza como uma política pública de acesso ao Ensino Superior? Assim, teve como objetivo geral identificar as ações do Programa Universidade para Todos (UPT) implantado no Estado da Bahia, que o caracteriza como uma política pública de acesso ao Ensino Superior, no período de 2003 a 2023. Os objetivos específicos consistiram em apresentar uma discussão conceitual sobre políticas públicas, caracterizando e tipificando as mesmas; e descrever as ações relativas ao Programa Universidade para Todos (UPT) implantado no Estado da Bahia (BA) no período de 2003 a 2023.

A metodologia da pesquisa é determinante para se alcançar os objetivos propostos. Neste sentido, o presente artigo científico é de natureza aplicada, e que segundo Appolinário (2011, p. 146) por “[...] resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas [...]”. Quanto a forma de abordagem tem caráter qualitativo, que de acordo com Richardson *et al.* (2007) a conceitua dessa maneira, visto que é baseada em análises qualitativas, a qual tem como características determinantes a cientificidade, e por não ter sido realizada com base na utilização de mecanismos estatísticos na análise dos dados. Quanto ao escopo metodológico em relação aos objetivos, a presente pesquisa é exploratória, e descritiva, que de acordo com Gil (2007, p. 46), a pesquisa exploratória tem como característica ampliar o conhecimento sobre um determinado fenômeno estudado, que visa a da busca da realidade, baseando-se nisso é uma pesquisa também descritiva, de acordo com Appolinário (2011, 147), uma vez que procura “[...] descrever o fenômeno observado, sem inferir relações de causalidade entre as variáveis estudadas”, que se encaixa então, no que foi exposto no presente artigo, de forma que apresenta sobre o tema de maneira clara e objetiva.

Considerando o delineamento da pesquisa, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, ou seja, baseada principalmente em fontes bibliográficas, com resultados relevantes na área de Políticas Públicas voltadas para a educação e documentos oficiais relativos ao Programa UPT/BA. A pesquisa documental, como o próprio nome revela, são documentos oficiais antigos ou atuais que não foram publicados, considerados fontes primárias, no caso específico foram o Projeto Político Pedagógico (PPP) do

Programa UPT/BA, além dos documentos de implantação e adequação do referido Programa.

A coleta de dados foi realizada com auxílio de materiais disponibilizados na *Internet*, documentos como o Projeto do Programa Faz Universitário (Bahia, 2003); Lei sobre o Programa Educação Tributária (Bahia, 1999); Decreto de criação do Programa Faz Universitário (Bahia, 2001); Regulamento do curso Universidade para Todos (Bahia, 2020) e artigos científicos, como também a contribuição de obras de alguns autores, como Secchi (2014) entre outros, com assuntos relacionados a temática políticas públicas, além da observação direta. E para análise e discussão dos dados coletados foi utilizada a técnica da triangulação, de Triviños (1987) levando em consideração aspectos do contexto social, cultural e histórico no qual está circunscrito.

Desta forma, o presente texto está estruturado em quatro seções: a primeira seção corresponde a introdução, com uma explanação geral da temática, assim como a metodologia adotada. No tocante a segunda seção, traz um panorama acerca das políticas públicas, uma discussão conceitual, que caracterizam e tipificam as mesmas, além de um panorama das políticas públicas voltadas para o acesso ao ensino superior.

Já a terceira seção, traz a caracterização do Programa UPT/BA, assim como sua organização pedagógica e estrutural, além de um resgate histórico acerca da sua implantação e desenvolvimento. Na quarta seção, tecemos algumas considerações finais sobre o tema, a partir da análise dos dados e preceitos teóricos. Espera-se, com o presente trabalho, possa contribuir para o aprimoramento do Programa UPT/BA com vistas ao acesso de mais estudantes oriundos da escola pública, em instituições de ensino superior.

## **2 DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**

Ao se tratar acerca da temática políticas públicas, torna-se importante destacar que referem-se a planos de ação, decisões e estratégias adotadas pelo governo ou entidades governamentais, e podem abranger uma ampla variedade de áreas, tais como saúde, educação, segurança, meio ambiente, transporte, habitação, cultura, e

desenvolvimento econômico entre outras.

Desta forma, o tema política pública vem despertando o interesse de pesquisadores, fazendo crescer a importância desse estudo, que deve trazer no seu viés, a análise dos motivos que tornam necessária determinada iniciativa, o planejamento das ações para o seu desenvolvimento, a definição dos agentes responsáveis e de suas funções na implementação, além do levantamento das normas legais pela qual será regida, até chegar na avaliação dos resultados e dos impactos gerados para a sociedade ou para determinado grupo de beneficiários envolvidos.

De acordo com os trabalhos de Smarjass; Arzani (2021), vários autores contribuíram para o desenvolvimento do conceito de política pública ao longo do tempo, sendo considerado um termo polissêmico, com várias acepções, contando com quatro grandes representatividades, conhecidos como fundadores do termo política pública, sendo eles: Harold Dwight Lasswell (1936), Herbert Simon (1957), Charles Lindblom (1959) e David Easton(1965).

Vale destacar que os trabalhos de Lasswell (1936) traz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), na década de 1930, como forma de alinhamento entre o conhecimento acadêmico e a produção empírica dos governos, estabelecendo a abertura de um diálogo entre pesquisadores, grupos da sociedade civil e governo em torno da temática (SOUZA, 2006). Na década de 1950, Simon (1957) traz para o debate outro conceito importante, *Policy Makers* (decisores de política pública), trazendo a discussão, a racionalidade limitada dos decisores públicos, que são fatores que impedem a tomada de atitude por esses gestores, podendo ser solucionado através de fatores racionais que auxiliariam na definição de uma política pública. Esses fatores racionais seriam um conjunto de informações a respeito do assunto a ser fruto da ação política.

Ainda na década de 1950, Lindblom (1959) questionou a criação de políticas públicas com ênfase no racionalismo de Laswell (1936) e Simon (1957), propondo a incorporação de outros elementos que complementaríamos a análise para a formulação de políticas públicas, como “[...] o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse [...]”, segundo Souza (2006, p. 24).

Ainda segundo o supramencionado autor (2006, p. 24), os trabalhos de Easton (1965), na década de 1960 contribuíram para uma definição de política pública como um sistema “[...] como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. [...] as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que

influenciam seus resultados e efeitos.[...]”.

Importante destacar que não existe apenas uma definição para a interpretação do conceito de política pública, devido a isto, vem sendo ressignificado ao longo das décadas. Segundo Souza (2006, p. 25), a definição instituída por Dye (1984) é sempre citada como aceitável quanto ao que seria uma política pública, “[...] o que o governo escolhe fazer ou não fazer [...]”, considerando que a opção de um governo de “[...] não se fazer nada [...]” diante de um problema, pode ser considerado uma maneira de produzir políticas públicas. Outras definições mais atuais sobre política pública, merecem destaque, como o de Guareschi *et al.* (2004, p. 180) como “[...] o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. [...]”.

Todas essas definições aqui apresentadas colocam o cerne do problema a ser resolvido sob a responsabilidade dos governos. Diante desse panorama e das diversas complementações/atualizações em torno do conceito de política pública, a mais compreensível a de Dye (1984), porém a mais utilizada é a de Laswell (1936), e que vem em forma de provocação: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Essas questões, de acordo com Guareschi *et al.*, (2004), são consideradas orientadoras para o estudo do que, de fato, pode ser considerada uma política pública.

Para Souza (2006, p. 25) as concepções acerca de políticas públicas que colocam como cerne a ação dos governos negligenciam as “[...] possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos, e outras instituições e grupos sociais”. Essas definições mais atuais, sobre políticas públicas, complementam aquelas elaboradas por Lasswell (1936), Simon (1957), Lindblom (1959), Easton(1965), e permite-nos ampliar o olhar sobre os fatores e interesses que envolvem a elaboração de uma política pública, além da necessidade de uma visão holística da temática, e multidisciplinar. No entanto, de acordo com Justen; Frota (2018, p. 119), o Brasil se caracterizava por ser conservador, burocratizado, centralizador e autoritário, com ações voltadas para a industrialização e não voltado para ações que promoviam o bem-estar social de sua população. Nesse âmbito, as ações de políticas públicas, eram definidas em gabinete, sem buscar conhecer a realidade local em que seriam implementadas, além da ausência de diálogos:

[...] entre os setores envolvidos dificulta ainda mais o processo de formulação de agendas públicas. A rivalidade entre setores cruciais para o planejamento acabam engessando as possibilidades, isso porque um pensa em fazer, mas o outro impõe barreiras para que o projeto não avance. Portanto, sendo o Estado um campo de interesses diversos, por vezes deflagra conflitos entre os atores envolvidos (partidos políticos, representações regionais, setoriais e população em geral).

Ainda, de acordo com Justin; Frota (2018), com essas características e conflitos de interesses diversos, o Brasil só apresentou algum planejamento governamental de políticas públicas, a partir dos anos 1930, objetivando suplantar a crise econômica e social a época, porém com ênfase no aspecto econômico.

Segundo Justin; Frota (2018, p. 119), a década de 1980 foi caracterizada pelo declínio das ações de planejamento de políticas públicas, devido as graves crises mundiais e nacionais, colocando em descrédito o poder do Estado, “[...] como planejador e regulador da máquina estatal [...]”. Apenas no final da década de 1990 que, no Brasil, se intensificou “[...] os debates sobre a forma de funcionamento das instituições estatais e dos impactos surgidos das relações governamentais, das burocracias e das implementações de políticas públicas. [...]”, segundo trabalhos de Dorsa (2021, p. 229), como o Plano Plurianual que permanece ativo até a atualidade, sendo utilizado como base para o planejamento orçamentário do país, estados e municípios.

Com este breve panorama acerca das políticas públicas no Brasil, percebe-se que o seu planejamento pode refletir na economia e nas sociedades, além de fundamentar as interrelações entre Estado, política, economia e sociedade.

A concepção acerca de política pública que será adotada para o desenvolvimento do presente trabalho é o descrito por Secchi (2014, p. 124), como a “[...] diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...]”. Apesar de ser um conceito simplista, envolve várias questões conceituais quanto a seus elementos para a caracterização dos tipos: a autoria da política pública; a decisão/ação ou omissão/negligência; e o nível de complexidade da diretriz no qual se encaixa a política pública, entre outros.

Para isso, existem as tipologias de análise de políticas públicas é uma forma de as caracterizar, e sua importância se justifica por ajudar a entender as diferentes abordagens e técnicas utilizadas para avaliar políticas e programas, e foram desenhadas

por Secchi (2014), a partir de trabalhos de vários pesquisadores, a exemplo de Lowi (1972); Wilson (1972); Gormley (1968); Gustafsson (1983); e Bozeman; Pandey (2004), conforme Quadro 1.

**Quadro 1 - Tipologias de análise de políticas públicas**

<b>Desenvolvida a partir dos trabalhos de Theodore J. Lowi (1972)</b> Critério adotado: o impacto esperado na sociedade	
<b>Política Regulatórias</b>	Caracterizadas por estabelecer padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados, são as mais visíveis ao público e envolvem burocracia, políticas e grupos de interesse (SOUZA, 2006; CASTAÑO, 2020).
<b>Políticas Distributivas</b>	Caracterizadas por decisões tomadas pelo governo, privilegiando um determinado grupo social ou região, em detrimento do todo, os impactos gerados são individuais e não universais (SOUZA, 2006; CASTAÑO, 2020).
<b>Políticas Redistributivas</b>	É semelhante ao anterior, porém atinge um maior grupo de pessoas e pode ser entendida como política social, mesmo com os benefícios concentrados a algum grupo de atores, e com um custo concentrado para um outro grupo específico (SOUZA, 2006; CASTAÑO, 2020).
<b>Políticas Constitutivas</b>	Caracterizada por determinar as competências, procedimentos ou jurisdições, definem as regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas (SOUZA, 2006; CASTAÑO, 2020).
<b>Desenvolvida a partir dos trabalhos de James Quinn Wilson (1973)</b> Critério adotado: distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade	
<b>Política Majoritária</b>	Caracterizada por apresentar custos e benefícios igualmente distribuídos para a coletividade (SECCHI, 2014).
<b>Política Empreendedora</b>	Caracterizada por apresentar benefícios coletivos e custos concentrados em determinadas categorias (SECCHI, 2014).
<b>Política Clientelista</b>	Caracterizada por apresentar benefícios concentrados e custos difusos, podendo ser comparada com as distributivas de Lowi (1972) (SECCHI, 2014).
<b>Política de Grupo de Interesses</b>	Caracterizada por apresentar e concentrar os custos e benefícios em determinadas categorias, de forma semelhante as políticas redistributivas de Lowi (1972) (SECCHI, 2014).
<b>Desenvolvida a partir dos trabalhos de Gormley (1968)</b> Critério adotado: nível de saliência e o nível de complexidade	
<b>Política de Sala Operatória</b>	Caracterizada por possuir elevada complexidade e muita saliência, isto é, exige profundo conhecimento técnico e tem muita visibilidade, atraindo a atenção da sociedade (SECCHI, 2014).
<b>Política de Audiência</b>	Caracterizada por possuir baixa complexidade e são muito salientes, para sua elaboração não necessita de conhecimentos especializados, mas estão relacionados a valores morais e ideologias, atraindo a atenção do público (SECCHI, 2014).
<b>Política de Sala de Reunião</b>	Caracterizada por precisar de conhecimento técnico especializado (alta complexidade), mas tem pouca saliência, sendo pouco visíveis e não chamam a atenção do público (baixa saliência) (SECCHI, 2014).
<b>Política de Baixo Escalão</b>	Caracterizada por possuir baixa complexidade e baixa saliência, por isso não precisam de conhecimentos técnicos específicos, além de não atrair a atenção da sociedade, estando relacionadas as rotinas administrativas (SECCHI, 2014).
<b>Desenvolvida a partir dos trabalhos de Gustafsson (1983)</b>	

Critério adotado: o conhecimento e a intenção do <i>policymaker</i> ou decisores políticos	
<b>Política Simbólica</b>	Aquelas que os <i>policymakers</i> até possuem condições de elaborá-la, mas intimamente não demonstram grande interesse em colocá-las em prática [...] (SECCHI, 2014, p. 22).
<b>Pseudopolítica</b>	Aquelas que os <i>policymakers</i> até tem interesse e gostaria de ver sua política funcionando, mas não possui conhecimento para estrutura-la adequadamente [...] (SECCHI, 2014, p. 22).
<b>Política Sem Sentido</b>	Aquelas elaborada sem conhecimento específico sobre o problema ou sem alternativas de solução para o problema, além de ser vazia de intenções políticas genuínas [...] (SECCHI, 2014, p. 22).
<b>Política Pública Real</b>	Quando incorporam a intenção de resolver um problema público com o conhecimento para resolvê-lo (SECCHI, 2014, p. 22).
Desenvolvida a partir dos trabalhos de Bozeman e Pandey (2004) Critério adotado: os aspectos técnicos e os aspectos políticos	
<b>Política de Conteúdo</b>	Caracterizada por apresentar mais conflitos no que concernem ao método do que em relação aos objetivos (SECCHI, 2014).
<b>Política de Conteúdo Político</b>	Podem ser comparadas com as redistributivas ou de grupos de interesses, desde a elaboração já se tem conhecimento de quem perde e quem será beneficiado. Existe um conflito tanto na ordem dos objetivos quanto na definição deles (SECCHI, 2014).

**Fonte:** Adaptado de Souza (2006); Secchi (2014); Castaño (2020).

Diante do panorama aqui apresentado, percebe-se que as tipologias de políticas públicas consistem em uma forma de caracterizar as mesmas, com base em variáveis agrupadas, e que comunicam a essência de seu conteúdo, facilitando o exercício de análise da ação de governo. De forma sucinta, pode-se inferir que “[...] as políticas públicas determinam a dinâmica política [...]”, segundo afirma Lowi (1972 *apud* Secchi, 2014, p. 15). Outra determinante para a implementação e manutenção de uma política pública consiste na análise da mesma, ou ciclo das políticas públicas.

Segundo Mainardes (2006), a abordagem do ciclo de políticas públicas ou *policy cycle approach*, consiste como o próprio nome diz, numa abordagem teórica utilizada para a análise de políticas educacionais, proposta por Stephen Ball e colaboradores (1992), e vem sendo utilizada em diversos países como referencial para analisar a trajetória de políticas sociais, com destaque para as educacionais.

Importante destacar, que no âmbito da discussão das políticas públicas, e com os conceitos diversos apresentados ao longo desse trabalho de pesquisa, e que se complementam, a intencionalidade das mesmas, é se dedicar ao atendimento das demandas de toda a sociedade, representando um importante instrumento para o fomento do regime democrático, do bem-estar da sociedade, além da diminuição das desigualdades sociais, conforme ratifica Andrade (2023).

Desta forma, na prática, não importa a concepção de política pública será adotado para estudar o problema, porém sua intencionalidade, e resultado final que é

promover o bem-estar social, conforme discorrido ao longo desta seção. Para isto, torna-se necessário que essa ação ou inação do governo, tenha um acompanhamento e análise para que no futuro seja verificada “[...] a possibilidade de manutenção ou implementação de mudanças no curso destas mesmas ações ou inações [...]”, de acordo com trabalhos de Fonseca; Bonfim Filho (2019, p. 9).

A proposta de abordagem crítica do Ciclo da Política Pública (*Policy Cycle*), inicialmente, com ênfase em três contextos principais: o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática, porém em 1994 a proposta foi expandida, com mais dois contextos para a formulação de uma política: o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política, de acordo com Abranches; Correia (2021). Segundo Bowe; Ball; Gold (1992 *apud* Mainardes, 2006, p. 50) os contextos acima mencionados “[...] estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates [...]”, como pode ser observado no Quadro 2, sobre os tipos de contextos para a formulação de uma política pública.

**Quadro 2** - Tipos de contextos para a formulação de uma política pública

<b>Tipos de contextos</b>	<b>Característica principal</b>	<b>Observação</b>
<b>Contexto de Influência</b>	Onde as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos.	Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo.
<b>Contexto da Produção de Texto</b>	Articulado ao contexto de influência, é o resultado de disputas e acordos políticos.	Deve-se levar em conta o tempo e o local em que os textos são construídos, e pode ser apresentado em diversas configurações, a exemplo de textos oficiais, jurídicos e políticos.
<b>Contexto da Prática</b>	Onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original.	A atuação dos diversos atores torna-se cruciais para a recriação da política na prática, não sendo apenas implementadas.
<b>Contexto dos Resultados ou Efeitos</b>	Corresponde aos impactos sociais que serão provocados com a implantação de uma política pública.	Preocupa-se com as questões de justiça, igualdade e liberdade individual.
<b>Contexto das Estratégias Políticas</b>	É produzido para uso estratégico em embates e situações sociais específicas.	Envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada.

--	--	--

**Fonte:** Adaptado de Mainardes (2006, p. 51-55).

Percebe-se que os autores envolvidos no contexto de uma política pública, exercem um papel ativo e preponderante, durante sua implantação, envolvendo diversos fatores, como os valores e interesses diversos, conforme apresentado no Quadro 2.

Desta forma, o ciclo de políticas públicas é um modelo de formulação e de análise das políticas públicas sociais, assim como serve para compreender e descobrir mais sobre a questão. Vale salientar, que a quantidade de etapas ou estágios que formam o ciclo varia bastante, porém com a mesma finalidade, alguns autores preferem descrever com maior número de estágios, a exemplo de Vázquez; Delaplace (2011, p. 36) que o descreve como um processo que se retroalimenta constante e sistematicamente, e que nunca termina, em sete estágios: “[...] entrada do problema na agenda pública, estruturação do problema, conjunto das soluções possíveis, análise dos pontos positivos e negativos das mesmas, tomada de decisão, implementação e avaliação. [...]”.

Ressalta-se, ainda, que o Ciclo de Política Pública, proposto por Vázquez; Delaplace (2011) os estágios por vezes ocorrem simultaneamente e se inter cruzam, possibilitando uma melhor visualização do processo, assim como facilita interpretar e realizar uma tomada de decisão do gestor público.

No Brasil, as pesquisas, publicações, eventos e grupos de pesquisas sobre políticas sociais, especialmente as políticas educacionais, vem crescendo, significativamente, e este último se destacando e consolidando como um campo distinto, caracterizando-se com três elementos principais para a análise de políticas públicas: a orientação para a solução de problemas, a multidisciplinaridade e o caráter normativo ou orientado por valores, de acordo com Mainardes; Tello; Ferreira (2011).

Diante deste panorama, a implementação de uma política pública social, mais especificamente uma política educacional, torna-se necessária o uso de abordagens multidisciplinares, além de uma interação entre o contexto da prática e o contexto político para que os formuladores de políticas (*policy makers*) possam realizar as tomadas de decisões necessárias. Desta forma, segundo Smarjassi; Arzani (2021, p. 1), pode-se inferir que as políticas públicas em educação “[...] consistem em [...] ações elaboradas em âmbito governativo, que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal; um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam

o acesso à Educação para todos os cidadãos. [...]”. Nesse viés, segundo os autores (2021) as políticas públicas educacionais passou a ter um *status* de direito, garantido pela Carta Magna (BRASIL, 1988) com acesso a todos os cidadãos a educação básica, sendo o Estado o responsável por essa obrigação.

Essa concepção de obrigação do Estado de garantir o acesso a educação a todos os cidadãos segundo Araújo 2011, p. 283, foi iniciado “[...] apenas no século XX é que a ideia da educação como propulsora de igualdade econômica e social pode ser relacionada com a de direito a ser garantido pelo Estado. [...]”. Ainda, de acordo com o supracitado autor (2011, p. 280), complementa afirmando que “[...] ainda não temos no Brasil do século XXI um sistema de Educação que possa ser denominado nacional, dadas as profundas disparidades entre estados e regiões [...]”. Essas disparidades na educação brasileira, vem se estendendo ao longo dos anos e períodos históricos ocorridos no Brasil, segundo Silva (2019) que podem ser observados no Período Colonial (1530 - 1822), assim como no período do Império (1822-1889) e Período Republicano (1889 - até os dias atuais), com traços marcantes, de um dualismo que se expressa na sociedade brasileira dividida em classes sociais.

Silva (2019) e Cury (1998) ratificam a existência dessa dualidade na educação brasileira, através da atuação do Estado em sua primeira iniciativa, constituindo duas redes para a educação secundária, atual ensino médio; uma profissional e outra de educação geral e propedêutica, em que a estrutura do ensino médio na Carta Magna de 1937 (Brasil, 1937) demarca essas trajetórias educacionais, além de escolas diferenciadas para a sociedade brasileira à época, segundo Guimarães (2022).

Para uma melhor compreensão faz-se necessário rever de forma sucinta, através do Quadro 3, o que traz em linhas gerais sobre educação, as diferentes constituições brasileiras.

**Quadro 3** – Pontos trazidos sobre a educação nas diferentes Constituições Brasileiras

<b>Ordem cronológica</b>	<b>Constituições brasileiras</b>	<b>Pontos trazidos sobre a educação</b>
<b>Primeira Constituição</b>	<b>Carta Magna brasileira de 1824</b>	Gratuidade para o ensino primário, e a criação de colégios e universidades para toda sociedade.
<b>Segunda Constituição</b>	<b>Carta Magna brasileira de</b>	Responsabilidade da União e dos Estados brasileiros, ficando a União responsável pelo ensino superior e os Estados pelo ensino primário e secundário; poderiam criar e manter instituições de

	<b>1891</b>	ensino superior e secundário.
<b>Terceira Constituição</b>	<b>Carta Magna brasileira de 1934</b>	Previsão do Plano Nacional de Educação (PNE) de responsabilidade do Conselho Nacional de Educação (CNE); criação dos sistemas educativos, com acesso gratuito, apenas ao ensino primário, integralmente; imunidade de impostos para estabelecimentos particulares.
<b>Quarta Constituição</b>	<b>Carta Magna brasileira de 1937</b>	Vinculava a educação a valores civicos e econômicos, facultando a livre iniciativa, além de fortalecer a centralização dos sistemas educacionais
<b>Quinta Constituição</b>	<b>Carta Magna brasileira de 1946</b>	A educação pública volta a ser definida como direito de todos; são definidos os princípios norteadores do ensino, entre eles ensino primário obrigatório e gratuito, faz um resgate dos principios das Constituições de 1891, em relação a competência legislativa da União e dos Estados, e a de 1934, no tocante a organização da educação nacional. Implementação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) N° 4.024 (BRASIL, 1961)
<b>Sexta Constituição</b>	<b>Carta Magna brasileira de 1967</b>	Fortalece o ensino privado, ofertado pelas instituições no Brasil, incluindo a previsão do ingresso dos estudantes de baixa renda através de bolsas de estudo. Promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) No 5.692 (BRASIL, 1971). Em 1982, foi implantada a terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) N° 7.044 (BRASIL, 1982).
<b>Sétima Constituição (atual)</b>	<b>Carta Magna brasileira de 1988</b>	Apresenta uma seção exclusiva para tratar do direito fundamental a educação, reforçando a sua natureza pública, estabelecendo o ensino secundário, que passou a ser denominado de ensino médio obrigatório e gratuito, dando especial atenção a este segmento educacional. Promulgação da quarta e atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) N° 9.394 (BRASIL, 1996).

Fonte: Adaptado de Coelho (2008); Guimarães (2022).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) N° 9.394 (Brasil, 1996) reorganiza o sistema educacional brasileiro em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. A Educação básica é constituída por três etapas: Educação Infantil; Ensino Fundamental e Ensino Médio, trazendo em sua concepção a ideia de continuidade entre as três etapas da educação básica, além de prever a continuidade dos estudos através de seu artigo 35, parágrafos I, II, III e IV, de acordo com Guimarães (2022). Observa-se que a LDBEN N° 9.394/1996 (Brasil, 1996), mesmo sendo da década de 1990, ainda se mantêm atual, prevendo a integração entre os conhecimentos das três etapas da educação básica, além do prosseguimento de estudos, a contextualização do ensino, fazendo a relação entre a teoria com a prática, entre outros princípios educativos. Além disso, segundo Fonseca (2009, p. 168), as políticas públicas voltadas para a educação no Brasil, se destacou na década de 1990, com a “[...] institucionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e pela prioridade conferida à avaliação nos textos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

(Brasil, 1996) e do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) [...]”. Além do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), também merece destaque na década de 1990 como parte do sistema nacional de avaliação: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

As políticas públicas voltadas para a educação, atualmente, continuam passando por uma adequação e revisão curricular do ensino médio, com redefinição de suas estruturas, assim como de alterações na legislação educacional brasileira, incluindo políticas voltadas para o acesso e permanência ao Ensino Superior, como será abordado no decorrer desta seção. Nesse âmbito, a educação passou a ser tratada como um princípio fundamental, ou seja, todas as pessoas têm o direito de obtê-la, e é dever do Estado provê-la, a partir do Século XX, com a Constituição Federal de 1934 (Brasil, 1934), contudo só foi dada a devida atenção a educação, a partir da Carta Magna de 1988 (Brasil, 1988), em que dedica uma seção exclusiva para tratar do direito fundamental a educação, reforçando a sua natureza pública, e a implementação da LDBEN no 9394/96 (Brasil, 1996) entre outras diretrizes importantes no tocante a educação, principalmente para a educação básica. E, apenas a partir do Século XXI, que a educação passou a ser concebida como propulsora de igualdade econômica e social e ser relacionada como um direito a ser garantido pelo Estado, com políticas públicas voltadas para esse objetivo, que estavam não apenas voltadas para a Educação Básica, mas também para o Ensino Superior.

Esta breve retrospectiva, fez-se necessário, para uma melhor compreensão do surgimento de algumas políticas públicas voltadas para esse nível de ensino, o Ensino Superior, para a população historicamente excluída, são as políticas públicas de acesso e permanência. Assim, o início do Século XXI, a educação brasileira se caracterizou pela expansão da educação superior, conforme destacam em seus trabalhos Brito; Costa; Souza (2022, p. 9) com “[...] o fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitassem a permanência dos estudantes no sistema educacional superior [...]”.

Assim, as políticas de acesso ao ensino superior são estratégias do governo junto as instituições educacionais que promovem a entrada, de grupos minoritários, afrodescendentes, e indígenas entre outros, que foram historicamente excluídos, de ingresso no ensino superior, e que objetiva promover a democratização da educação, equidade, diversidade e inclusão, garantindo que todos os indivíduos, independente, de sua origem socioeconômica, étnica, racial, de gênero ou outras características, tenham

igualdade de oportunidades para ingressar ao ensino superior. Vale ressaltar, que o surgimento dessas políticas de acesso e permanência foram em consequência da “[...] influência dos organismos internacionais, que indicavam a educação superior como alavanca de desenvolvimento econômico [...]”, conforme ratificam Brito; Costa; Souza (2022, p. 9).

Para incentivar o acesso e a permanência no Ensino Superior por parte de indivíduos de renda mais baixa, o Ministério da Educação (MEC) implantou ao longo dos anos, as Políticas de Ações Afirmativas, como o sistema de cotas; Ampliação de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES); Programas de concessão de Bolsas e de Financiamento junto as IES privadas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Bolsa Permanência (PBP), além de Programas de orientação educacional, entre outros, conforme será discorrido, em linhas gerais (Brasil, 2023).

As Políticas de Ações Afirmativas, segundo Santos (2012 *apud* Silva Filho; Cunha, 2014, p. 8 “[...] são medidas para criar igualdade de oportunidades para grupos e populações socialmente excluídas, que preveem tratamento diferenciado, tendo em vista uma maior inserção em serviços como educação, saúde e trabalho. [...]”). Uma das ações afirmativas implantadas no Brasil, refere-se ao sistema de cotas, que foi criado através da Lei Nº 12.711 (Brasil, 2012), de agosto de 2012, que determina a reserva de 50% das vagas das instituições federais e estaduais de educação superior, para ingresso em cursos de graduação, usando como critério que o estudante tenha cursado, integralmente, o ensino médio em escolas públicas, ou que tenha sido bolsista em instituições particulares de ensino (SILVA FILHO; CUNHA, 2014).

Outra política pública direcionada para a educação refere-se a ampliação de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) tanto privadas quanto públicas. Segundo a autora Vicente *et al.* (2018, p. 15) o processo de expansão do ensino superior teve início a partir de 2003 objetivando “[...] ampliar o acesso dos jovens e dos trabalhadores. [...]”. Nesse sentido, foi dada continuidade ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que foi criado em 2001; além da criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2005; o Programa Universidade Aberta (UAB), em 2006, com oferta de cursos de graduação a distância para formação docente, sendo estendido posteriormente, para outras graduações e pós-graduação; e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, esses dois

últimos voltados para o setor público.

Pretende-se elencar mais algumas políticas públicas voltadas para a educação superior, implementadas a partir dos anos 2000, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), além do Programa Bolsa Permanência (PBP) que tem pouca divulgação, e certamente vem contribuindo não apenas para o acesso do estudante no ensino superior, mas como também, para a manutenção dos mesmos no ensino superior.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi estruturado em 12 de julho de 2001 com a entrada em vigor da Lei Nº 10.260 (Brasil, 2001) e das Portarias Nº 1.725 (Brasil, 2001) e Nº 2.184 (Brasil, 2001), e mantido nos demais governos, se estabelecendo como uma política pública que vem, gradativamente, aumentando o número de estudantes oriundos de escolas públicas, no ensino superior, conferindo “[...] financiamento aos estudantes para cursar o ensino superior em instituições privadas [...]” (BRITO; COSTA; SOUZA, 2022, p. 12).

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi instituído através da Lei Nº 11.096 (Brasil, 2005), de 13 de janeiro de 2005, cujo objetivo é: “[...] de destinar bolsas de estudos integral ou parcial de 50% (cinquenta por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação (CORCINI; BONETI, 2016, p. 486-487). E por fim, o Programa Bolsa Permanência (PBP), que foi instituído em 2013, através da Lei Nº 12.801 (Brasil, 2013), de 24 de abril de 2013, exclusivo para estudantes oriundos de escolas públicas, e corresponde a: “[...] um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação” (Brasil, 2013). A próxima seção deste artigo científico discorre acerca de uma política de acesso ao ensino superior implementada pelo estado da Bahia, o Programa Universidade para Todos (UPT/BA), que vem sendo desenvolvida no estado da Bahia ao longo de 20 (vinte) anos.

### **3 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (UPT) NO ESTADO DA BAHIA**

Urge, neste momento, um esclarecimento acerca da semelhança existente na denominação do Programa Universidade para Todos (ProUni), implantado pelo Governo Federal, e o Programa Universidade para Todos (UPT/BA) instituído pelo

Governo do Estado da Bahia. O ProUni, é um programa federal de concessão de bolsas de estudo para jovens oriundos da escola pública, como foi exposto na seção anterior, não sendo o cerne deste trabalho. Em relação ao Programa UPT/BA, corresponde a uma ação do governo estadual, voltada para o fortalecimento da política de acesso ao ensino superior, para os jovens concluintes e egressos do ensino médio, oriundos da escola pública do estado da Bahia. Importante destacar, que muitas medidas foram desencadeadas em relação à democratização do acesso ao ensino superior, a partir da atual Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996).

A importância do Programa UPT/BA (BAHIA, 2003), ocorre pelo fato de promover aos jovens estudantes oriundos da escola pública, serem também, de baixa renda, além de terem suas chances reduzidas para o acesso ao ensino superior, em razão do percurso escolar acidentado, com elevado nível de repetência, evasão, e abandono, no ano de 2003, em que foi implementado o Programa, inicialmente, como primeira fase do Programa Faz Universitário, denominado Projeto Universidade para Todos (BRASIL, 2005).

O Programa Faz Universitário, inicialmente, foi desenvolvido e coordenado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ/BA) em parceria com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), sendo regulamentado pelo Decreto Nº 9.149 (Bahia, 2004) de 23 de julho de 2004, em que destaca-se o primeiro objetivo que trata do acesso dos estudantes da rede pública ao ensino superior: “I - aprofundar os conhecimentos da Educação Básica, adquiridos pelos alunos da Rede Pública de Ensino da Bahia, visando ao processo seletivo em Instituições de Ensino Superior - IES; [...]” (BAHIA, Art. 1º, 2004, p. 2).

O Programa Faz Universitário em seu Art. 2º (Bahia, 2004, p. 2-3) apresenta a organização estrutural, regulando os partícipes envolvidos nesta ação de propiciar ao egresso de escolas públicas a prosseguirem os estudos em outro nível da educação, isto é, no Ensino Superior. Desta forma, previa como partícipes:

I - Professor-monitor – aluno graduando das IES estaduais, selecionado e capacitado para ministrar aulas presenciais; II - Aluno-cursista – aluno egresso da Rede Pública de Ensino Estadual e/ou Municipal do Estado da Bahia, selecionado para as aulas presenciais ou a distância, da Fase I – Preparando para a Universidade; III - Proponente - aluno egresso de Escola da Rede Pública de Ensino Estadual e/ou Municipal do Estado da Bahia; IV - Aluno bolsista – aluno beneficiado pelo Faz Universitário; V – Escola pública -

unidade escolar com dependência administrativa estadual ou municipal cujo mantenedor seja respectivamente o governo estadual ou municipal, sem que haja contribuição pecuniária de qualquer natureza, dos alunos para manutenção das atividades escolares; VI - IES - Instituição de Ensino Superior - universidade ou faculdade autorizada pelo MEC a promover curso de formação superior [...].

Ainda, no tocante ao referido Programa (Bahia, 2004, p. 5), era composto de duas fases, a saber: “[...] I - Fase I - Preparando para a Universidade; II - Fase II - Cursando a Universidade. [...]”. Na Fase I, Preparando para a Universidade, de acordo com o Art. 4º (Bahia, 2004, p. 5, **grifos nossos**) apresentava o seguinte objetivo e estrutura pedagógica:

[...] visava fornecer instrumento de capacitação aos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Rede Pública do Estado da Bahia. Esta Fase tinha o propósito de elevar o nível de competitividade do aluno para concorrer a processos seletivos e consistia das seguintes ações: I - **Universidade para Todos**: consistia em um curso preparatório, com aulas presenciais visando o ingresso em IES, incluindo temas relacionados com a formação da cidadania. II - Tele Aula: consistia em aulas apresentadas em blocos, produzidas em estúdio e veiculadas pela televisão.

Percebe-se que o Decreto Nº 9.149 (Bahia, 2004) traz em seu escopo toda a organização administrativa e pedagógica do Programa Faz Universitário (Bahia, 2004), prevendo não só ação de acesso - Preparando para a Universidade (Fase I) como ações de permanência ao Ensino Superior - Cursando a Universidade (Fase II). A ação de acesso ao Ensino Superior, traz como ação central o curso preparatório denominado Universidade para Todos (UPT/BA), objeto desta seção de estudo. Já a ação de permanência no Ensino Superior, previu a disponibilização anual de bolsas de estudo, conforme o Art. 14, do supramencionado Decreto (BAHIA, 2004).

Na atual conjuntura, o Programa UPT/BA, objeto da presente pesquisa, instituído pelo Decreto Nº 20.004 (Bahia, 2020), Art. 12, é composto por 03 (três) etapas, independentes e complementares que são a mobilização, preparação dos estudantes e formação dos monitores/universitários para a docência. A etapa de preparação do estudante, o Programa adota diversas estratégias para oferta dos conteúdos, como atividades presencial, não presencial e híbrida, conforme preceitua o Art. 13 (BAHIA, 2020).

Assim, o Programa Universidade para todos (UPT/BA) atual, teve sua origem a partir do Programa Faz Universitário (Bahia, 2004), mesmo com a perda da eficácia da norma instituída em Decreto que o regulamentava, mas com sua previsão no Plano

Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, passando por vários governos que guardam particularidades entre si, e perspectivas diferentes, porém com o mesmo objetivo, aumentar o acesso dos estudantes egressos e concluintes da escola pública estadual e municipal, além dos estudantes do ensino profissionalizante, no Ensino Superior, através do Decreto Nº 17.610 (Bahia, 2017), de 18 de maio de 2017.

Diante da relevância social da ação, o Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), resolve transformar a ação Universidade para Todos (Fase I) do Programa Faz Universitário (Bahia, 2004), em um Programa específico, mantendo o mesmo nome, Universidade Para Todos (UPT/BA), através do Decreto Nº 20.004 (Bahia, 2020), de 21 de setembro de 2020, mantendo o mesmo objetivo, que é fortalecimento das aprendizagens e preparação dos estudantes concluintes e egressos da Rede Pública para o ingresso ao Ensino Superior.

Assim, através do Decreto Nº 17.610 (Bahia, 2017) desvincula-se da parceria direta com a Secretaria da Fazenda, passando a Secretaria da Educação do Estado da Bahia a firmar parcerias apenas com as Universidades públicas estaduais da Bahia, e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Com a regulamentação do Programa Universidade para Todos (Bahia, 2020), enquanto Programa específico da Secretaria da Educação, foi de instituir um regulamento com diretrizes complementares e específicas para execução e todas as ações e estratégias que envolvam a política de ingresso de estudantes da rede pública estadual ao ensino superior, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Com a nova regulamentação do Programa UPT/BA (Bahia, 2020), define através do Art. 2º, seus princípios norteadores, com destaque para o inciso segundo “[...] II – afirmação da Educação Superior como política de Estado; [...]” que se refere a consolidação do Programa como política pública de Estado, de acesso à educação superior.

Registre-se, que a partir do novo Decreto (Bahia, 2020), houve o fortalecimento do Programa, com a criação do Comitê de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação (COAMV) do Programa UPT/BA, composto por representações institucionais e coordenada pela Secretaria da Educação, conforme estabelecido no Art. 10 (BAHIA, 2020).

Faz-se importante, nesse momento apresentar um panorama geral com alguns resultados que retratam a trajetória do Programa UPT/BA, conforme mostra a Figura 1

em que pode ser verificada a abrangência inicial do Programa UPT/BA, no ano de 2003, em que foi implantado, junto com as quatro Universidades estaduais da Bahia, ainda não havia a parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

**Figura 1** – Identificação da abrangência das quatro Universidades estaduais parceiras na implantação do Programa UPT/BA no ano de 2003



Fonte: Bahia (2003).

A Tabela 1, apresenta a trajetória do Programa UPT/BA desde a sua implantação, que ocorreu no ano de 2003, quando fazia parte do Programa Faz Universitário até os dias atuais (2023).

**Tabela 1** – Panorama geral com quantitativo de municípios atendidos, investimento, vagas ofertadas, monitores e aprovados em Instituições de Ensino Superior do Programa UPT/BA no período de 2003 a 2023

Ano	Municípios Atendidos	Investimento	Vagas Ofertadas	Monitores	Aprovados
2003	32	4.678.060,00	17.642	1.204	586
2004	32	5.000.000,00	17.350	1.249	1.002
2005	34	6.000.000,00	18.927	1.266	1.619
2006	67	6.000.000,00	31.600	2.110	1.670
2007	73	6.548.217,00	25.280	1.776	1.625
2008	78	6.548.217,00	21.518	1.313	1.164
2009	104	8.211.413,00	21.665	1.453	1.391
2010	131	11.237.201,00	21.884	1.613	1.703
2011	146	13.156.661,00	22.840	1.522	1.620
2012	159	19.067.651,00	35.105	1.909	1.695
2013	173	12.500.000,00	23.630	1.522	1.748
2014	183	13.300.000,00	21.785	1.720	1.535
2015	186	16.000.000,00	22.600	2.100	1.755
2016	179	11.800.000,00	16.825	1.390	1.995
2017	229	10.000.000,00	16.400	1.400	1.637
2018	174	8.000.000,00	14.000	1.164	2.216
2019	143	7.500.000,00	11.505	1.034	643
2020/2021*	150	8.612.809,40	12.105	1.074	1.043
2022*	200	9.106.809,92	15.000	1.200	2.359
2023	195	12.999.292,70	18.966	1.376	-

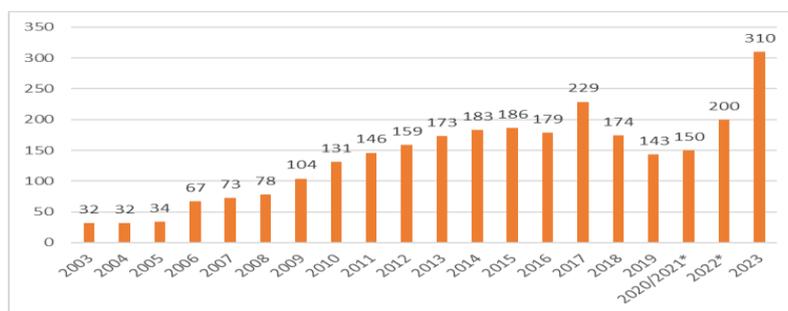
**Fonte:** Dados do Programa UPT/SEC/BA (2023).

Os dados apresentados na Tabela 1, correspondem as informações obtidas, em relatórios emitidos através da coordenação do Programa UPT/SEC/BA e mostram que a oferta do Programa foi iniciada no ano de 2003, em municípios sede das Universidades públicas UNEB, UESC, UEFS e UESB, e mais recentemente com a UFRB. A partir de 2005, a implementação se expande para municípios próximos a 100 km dos municípios sede das Universidades, havendo um aumento anual da implementação, em mais

municípios do Estado da Bahia, assim como houve um aumento na quantidade de vagas ofertadas no período de 2006 a 2015, como demonstram os dados da Tabela 1.

Alguns desses dados, Tabela 1, são apresentados, separadamente, em gráficos para uma melhor percepção da evolução do Programa UPT/BA ao longo dos anos, desde sua implantação, como o quantitativo de municípios atendidos (Gráfico 1), quantidade de vagas ofertadas (Gráfico 2) e número de aprovados nas Instituições de Ensino Superior (IES) (Gráfico 3).

**Gráfico 1** – Quantidade de municípios atendidos pelo Programa UPT/BA de 2003 a 2023



Fonte: Dados do Programa UPT/SEC/BA (2023).

A partir do Gráfico 1, percebe-se que ocorreu um aumento gradativo na quantidade de municípios atendidos pelo Programa UPT/BA, com exceção para o ano referente a Pandemia por COVID 19, em destaque, voltando a aumentar no ano seguinte. Importante registrar, que na pesquisa documental não foi encontrado os critérios que evidenciam como se dá essa capilaridade nos diversos territórios de identidade e municípios do estado.

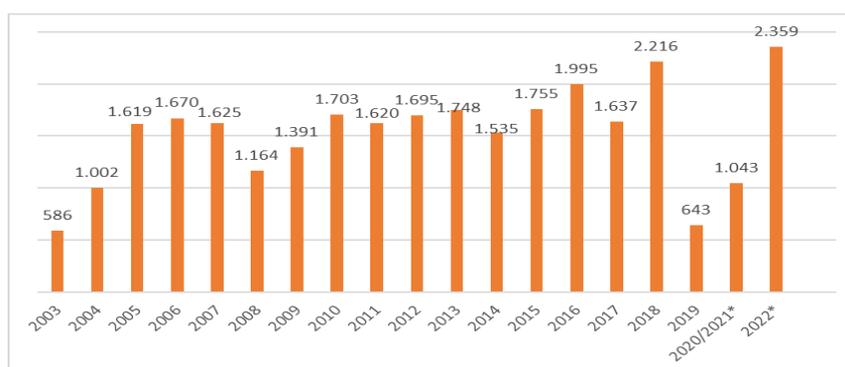
**Gráfico 2** - Quantidade de vagas ofertadas pelo Programa UPT/BA de 2003 a 2023



Fonte: Dados do Programa UPT/SEC/BA (2023).

O Gráfico 2, apresenta a quantidade de vagas ofertadas pelo Programa UPT/BA de 2003 a 2023, com destaque para os anos de 2006 e 2012, que expressam uma maior concentração de vagas disponibilizadas pelo referido Programa.

**Gráfico 3** – Quantitativo de alunos aprovados nas Instituições de Ensino Superior (IES) através do Programa UPT/BA de 2003 a 2022



**Fonte:** Dados do Programa UPT/SEC/BA (2023).

O Gráfico 3 demonstra a quantidade de estudantes aprovados nas Instituições de Ensino Superior (IES) através do Programa UPT/BA de 2003 a 2022, com destaque para os anos de 2018 e 2022 que houve um crescimento expressivo na quantidade de ingressantes no ensino superior. Contudo, segundo informações da Coordenação do programa, na Secretaria da Educação/SEC, esses números não refletem, o número real de cursistas que ingressaram no ensino superior, pois não há um sistema de cruzamento de dados, entre as instituições públicas e particulares, o que poderia fornecer resultados mais completos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar sobre políticas públicas voltadas para a educação, em que a tomada de decisão encontra-se centrada no governo estadual, será sempre um grande desafio, pois vimos que muitas decisões são realizadas dentro dos gabinetes sem a participação efetiva da sociedade. Desta forma, o presente artigo científico partiu do seguinte problema de pesquisa: Quais as ações do Programa Universidade para Todos (UPT) implantado no Estado da Bahia, que o caracteriza como uma política pública de acesso

ao Ensino Superior? E foi com esse intuito que objetivou-se identificar as ações do Programa Universidade para Todos (UPT) implantado no Estado da Bahia, que o caracteriza como uma política pública de acesso ao Ensino Superior, no período de 2003 a 2023. Assim, detectou-se que durante a trajetória do Programa Universidade para Todos (UPT) do Estado da Bahia, apresenta uma concepção multicêntrica em relação à autoria das políticas públicas, considerando que sua criação envolveu, o Governo do Estado da Bahia, a Secretaria da Fazenda, Secretaria da Educação e Universidades Públicas Estaduais, corroborando com os autores utilizados na pesquisa, sobre políticas públicas. Importante destacar que a criação do UPT/BA foi uma ação, e reflexo de uma decisão intencional do governo do Estado, voltada para estudantes da rede estadual, do ensino médio na direção da igualdade de oportunidade ao acesso à educação superior e que se iniciou de forma estratégica, em municípios/sede dessas Universidades públicas, facilitando a adesão dos estudantes que residiam nas proximidades. Importante destacar, que na pesquisa documental, não foi encontrado nenhum documento, que evidenciasse a parceria com os municípios envolvidos, nos territórios de identidade.

Foi possível detectar que o Programa UPT/BA pode ser considerada uma política pública com uma gestão de rede colaborativa, na qual todas as ações propostas e executadas no programa estão pautadas na relação dialógica entre as instituições envolvidas e a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, e que se consolidou nos 27 territórios de identidade do Estado, como uma ação promotora de fortalecimento das aprendizagens e preparação dos estudantes concluintes e egressos da rede pública de Ensino do Estado da Bahia, para o ingresso ao ensino superior, conforme demonstra os gráficos 1, 2 e 3.

Vale destacar, nesse momento, os resultados advindos do Programa UPT/BA ao longo dos anos 2003 a 2022, em relação ao quantitativo de estudantes que ingressaram no Ensino Superior, apesar de não refletir os dados reais, pois muitos desses estudantes não retornam para informar seus resultados, porém nos mostra que o objetivo do UPT/BA vem sendo atingido, e vem colaborando para elevar a competitividade desses estudantes para concorrer a processos seletivos de ingresso ao Ensino Superior, seja através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ou de Exame vestibular. Importante registrar, que a partir do ingresso nas Universidades pelos cursistas UPT, coloca o Programa como uma política pública imprescindível, visto que percebemos que a história da educação brasileira é marcada por um histórico de injustiças e direitos não

asseverados. Espera-se que o Programa UPT/BA continue a se constituir em uma ação de política pública no Estado da Bahia, fazendo parte do Ciclo da Política Pública ou *Policy Cycle*, da agenda governamental. Diante do exposto, ratificamos que o objetivo principal deste artigo científico foi atingido, uma vez que a principal ação do Programa UPT/BA que é preparar os estudantes egressos e concluintes da rede pública a ingressarem no ensino superior, conforme resultados apresentados através dos gráficos 1, 2 e 3, e tabela 1, porém, faz-se necessário registrar, que apesar das políticas públicas voltadas para o acesso e permanência a Educação Superior, a Bahia, ainda tem um longo caminho a ser trilhado, que deve ser compreendido para além da esfera individual e econômica.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, A. de F. P. de S.; CORREIA, D. S. da R. Pesquisa em educação e a abordagem do ciclo de políticas: uma experiência de pesquisa. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 136-158, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9011. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9011>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- ANDRADE, Danilo. **Conheça o ciclo das políticas públicas**. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/> Acesso em: 10 jun. 2023.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ARAÚJO, G. C. de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: "o problema maior é o de estudar"**. *Educ. Rev.*, Curitiba, n. 39, p. 279-292, abr. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602011000100018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100018&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 fev. 2023.
- ARAÚJO, Diane Gracielle Avelar. **Trajatória histórica das políticas públicas no Brasil: instrumentos de garantia do bem-estar social**. 2022. Disponível em: [Trajetória histórica das políticas públicas no brasil: instrumentos de garantia do bem-estar social, página 1 - Jus.com.br | Jus Navigandi](https://www.jus.com.br/artigos/trajetoria-historica-das-politicas-publicas-no-brasil-instrumentos-de-garantia-do-bem-estar-social-pagina-1) Acesso em: 20 de out. 2023.
- BAHIA. **Lei Nº 7.438**, de 18 de janeiro de 1999. Altera as Leis nºs 3.956, de 11 de dezembro de 1981, que instituiu o Código Tributário do Estado da Bahia - COTEB, 6.404, de 21 de maio de 1992, que instituiu o Fundo de Defesa da Economia Baiana - FUNDECON, e a 7.014, de 4 de dezembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de

Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências. Disponível em: [http://mbusca.sefaz.ba.gov.br/DITRI/leis/leis\\_estaduais/legest\\_1999\\_7438\\_lei\\_edutrib.pdf](http://mbusca.sefaz.ba.gov.br/DITRI/leis/leis_estaduais/legest_1999_7438_lei_edutrib.pdf) Acesso em: 20 nov. 2023.

BAHIA. **Decreto de Nº 8.054**, de 2001. Criação do Programa Faz Universitário.

BAHIA. **Decreto Nº 9.149**, de 23 de julho de 2004. Aprova o novo Regulamento do Programa Faz Universitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/77189/decreto-9149-04> Acesso em: 20 nov. 2023.

BAHIA. **Decreto Nº 20.004**, de de 21 de setembro de 2020. Institui o Programa Universidade para Todos – UPT, e dá outras providências. Disponível em: [http://processoseletivoupt.educacao.ba.gov.br/public/arquivos/2020/DECRETO\\_20.004\\_DE\\_21.09.2020.pdf](http://processoseletivoupt.educacao.ba.gov.br/public/arquivos/2020/DECRETO_20.004_DE_21.09.2020.pdf) Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 11.096**, DE 13 DE JANEIRO DE 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficiárias de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras Providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm) Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) Acesso em: 28 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm) Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 10.260** de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110260.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm) Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. **Portaria Nº 2.184**, de 22 de julho de 2004. Altera e consolida dispositivos da Portaria MEC nº 1.725, de 3 de agosto de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/p2184.pdf> Acesso em: 12 nov. 2023.

BRITO, Adriana Carla Teixeira da Costa; COSTA. Ana Karoliny Teixeira da; SOUZA. Kellcia Rezende. **Política Pública de Assistência Estudantil no Ensino Superior Brasileiro como um instrumento para novos habitus nas Universidades**. Nuances Estudos Sobre Educ., Presidente Prudente, v. 33, e022021, jan./dez. 2022.

CASTAÑO, Nathan. **Políticas públicas e suas tipologias**. Visões sobre os agentes que podem desenvolver políticas públicas e as quatro tipologias. 2020. Jusbrasil . Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/politicas-publicas-e-suas>

<tipologias/934334817> Acesso em: 03 de dez. 2023.

COELHO, Luiz Claudio Araújo. **A educação nas Constituições brasileiras**, 2008. Disponível em: [https://www.uni7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/v\\_encontro/aeducacaonasconstituicoesbrasileiras.pdf](https://www.uni7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/v_encontro/aeducacaonasconstituicoesbrasileiras.pdf) Acesso em: 03 de dez. 2023.

CORCINI, Milena M; BONETI, Lindomar W. **As Políticas Públicas de acesso à Educação Superior no Brasil: uma avaliação parlamentar 2016**, p. 485. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10929/1/2014\\_dis\\_mwobarros.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10929/1/2014_dis_mwobarros.pdf) Acesso em: 03 de dez. 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Constituição de Weimar: um capítulo para a educação**. Educação e Sociedade, v. 19, n. 63, ago. 1998.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel das políticas públicas no Brasil: reflexões necessárias. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 22, n. 2, abr/jun, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/HHLCmpJr9cTgNzqgxL8YnCx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14 de set. 2023.

GUARESCHI, Neuza *et al.* **Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência**. In: STREY, Marlene Nevez; AZAMBUJA, Mariana Porto Rewer de; JAESER, Fernanda Pires (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 177-194

GUIMARÃES, Silvana de Oliveira. **Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (Emitec): Análise a partir das percepções dos participantes vinculados ao Território de Identidade do Velho Chico (BA)**, 2022. Tese do curso de Doutorado em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/4925> Acesso em: 22 de set. 2023.

JUSTEN, Andréia F. FROTA, Mariângela Brum. **Planejamento e políticas públicas: apontamentos sobre as limitações em países em desenvolvimento**. VII Simpósio Iberoamericano 2018 Disponível em: <https://books.scielo.org/id/r6vrx/pdf/rotta-9788564905832-03.pdf> Acesso em: 23 de out. 2023.

KUENZER, Acacia. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Editora Cortez, 2002

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Edu. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 28 de mar. 2023.

MAINARDES; Jefferson; TELLO, Cesar; FERREIRA, Márcia dos Santos. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teóricos-metodológicos**. São Paulo: Cortez, 2011.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA FILHO, Penildon; CUNHA, Eudes Oliveira. **Políticas de Ações Afirmativas na Educação Superior do Brasil**: reflexões na perspectiva dos Direitos Humanos.. 2014. Disponível em:

[http://www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oe.faced.ufba.br/files/politicas\\_de\\_acoes\\_afirmativas\\_na\\_educacao\\_superior\\_do\\_brasil\\_anpae-nordeste.pdf](http://www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oe.faced.ufba.br/files/politicas_de_acoes_afirmativas_na_educacao_superior_do_brasil_anpae-nordeste.pdf)

Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, Francely Priscila Costa e. **A reforma do Ensino Médio no governo Michel Temer (2016 - 2018)**. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019.

SOUZA, Celine. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em .

<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em 30 de set. 2023.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, Jose henrique. **As políticas públicas e o direito à educação no Brasil**: uma perspectiva histórica. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica> Acesso em 20 de set. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VÁZQUEZ, Daniel.; DELAPLACE, Domitille. Políticas Públicas na perspectiva de Direitos Humanos: um campo em construção. **Revista Su**. rv. 8, jun. 2011, p. 35-65.

## ARTIGO 02

### OBSERVATÓRIO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS: PERCEPÇÃO DOS SEUS BENEFICIÁRIOS

Patricia Matos Machado<sup>2</sup>

Rosineide Pereira Mubarack Garcia<sup>3</sup>

#### RESUMO

Por meio deste estudo, objetivou-se avaliar o desempenho do Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no Estado da Bahia, através da matriz *SWOT*, no período de 2019 a 2023. Esta pesquisa se delineia a partir da abordagem qualiquantitativa, caracterizando-se como aplicada, descritiva e exploratória, bibliográfica, e pesquisa de campo, do tipo estudo de caso. O instrumento de coleta dos dados se deu por meio de um questionário eletrônico, tendo como referência a matriz *SWOT*, também conhecida no Brasil como matriz F.O.F.A, que é composta de quatro variáveis, *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças) a fim de analisar a percepção dos estudantes cursistas do Programa UPT/BA, estudantes universitários que atuam no programa como monitores e servidores das universidades parceiras, que atuam no programa nas funções técnicas, administrativas, financeiras e pedagógicas. Para a análise e discussão dos dados utilizou-se a técnica da triangulação, de Triviños (1987) por contribuir para a integração dos dados advindos de fontes diversas, além de técnicas de estatística simples e percentual, apresentadas em formas de gráficos. Responderam ao questionário um total 229 (duzentos e vinte e nove) beneficiários do programa, dos seguintes segmentos: estudantes cursistas, monitores e servidores das universidades públicas que fazem parte do Programa UPT/BA. Como resultados positivos do Programa pode-se perceber que o mesmo tem aceitação junto a comunidade, com a expansão em todos os territórios de identidade do Estado da Bahia ao longo dos anos, a boa atuação dos monitores junto aos estudantes, além de oportunizar a esses monitores a atuação nas práxis pedagógicas, entre outros. E como resultados negativos, foi possível verificar a necessidade de melhoria do pagamento dos monitores, assim como na qualidade do material didático, e uma maior divulgação do Programa junto as comunidades escolares. O levantamento e análise desses dados, resultou na construção da matriz *SWOT* do Programa UPT/BA, com a indicação das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, que podem vir a auxiliar a equipe gestora em caminhos para o sucesso e continuidade do mencionado Programa, através de um planejamento estratégico.

**Palavras-Chave:** Avaliação; Educação; Matriz SWOT; Universidade para Todos.

---

<sup>2</sup>Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGGPP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Contato de e-mail: pmmachado8897@gmail.com

<sup>3</sup>Pedagoga, Doutora em Educação, docente e pesquisadora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGGPP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Contato de e-mail: [rose.mubarack@ufrb.edu.br](mailto:rose.mubarack@ufrb.edu.br).

## OBSERVATORY UNIVERSITY FOR ALL PROGRAM: PERCEPTION OF ITS BENEFICIARIES

### ABSTRACT

Through this study, the objective was to evaluate the performance of the University for All Program (UPT), implemented in the State of Bahia, through the SWOT matrix, in the period from 2019 to 2023. This research is outlined based on the qualitative-quantitative approach, characterizing- whether as applied, descriptive and exploratory, bibliographic, and field research, of the case study type. The data collection instrument was through an electronic questionnaire, using as reference the SWOT matrix, also known in Brazil as the F.O.F.A matrix, which is composed of four variables, strengths, weaknesses, opportunities and threats in order to analyze the perception of student beneficiaries of the UPT/BA Program, university students who work in the program as monitors and employees of partner universities, who work in the program in technical, administrative, financial and pedagogical roles. For the analysis and discussion of the data, the triangulation technique, by Triviños (1987), was used o it contributes to the integration of data from different sources, in addition to simple statistical and percentage techniques, presented in graphic form. A total of 229 (two hundred and twenty-nine) beneficiaries of the program responded to the questionnaire, from the following segments: students taking courses, monitors and employees of public universities that are part of the UPT/BA Program. As positive results of the Program, it can be seen that it is accepted by the community, with expansion in all identity territories of the State of Bahia over the years, the good performance of monitors with students, in addition to providing opportunities for these monitors performance in pedagogical praxis, among others. And as negative results, it was possible to verify the need to improve the payment of monitors, as well as the quality of teaching material, and greater dissemination of the Program among school communities. The collection and analysis of this data resulted in the construction of the SWOT matrix of the UPT/BA Program, with the indication of the strengths, weaknesses, threats and opportunities, which can help the management team in paths towards the success and continuity of the aforementioned Program, through strategic planning.

**Keywords:** Assessment. Education. SWOT matrix. University for All (UPT).

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Universidade para Todos (UPT) foi implantado no Estado da Bahia (BA) há mais de duas décadas, configura-se como uma política pública de acesso ao ensino superior, cujo objetivo principal é preparar os estudantes egressos e concluintes

do ensino médio, oriundos das escolas públicas, do Estado da Bahia, a ingressarem no ensino superior.

Diante deste cenário, faz-se importante uma avaliação do supramencionado Programa ao longo de sua existência, a partir da ótica dos seus beneficiários. Neste sentido, estipulou-se como problema da pesquisa: Qual a percepção do Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no Estado da Bahia (BA), na ótica dos seus beneficiários? Para responder a essa questão, foi estabelecido como objetivo geral desse trabalho de pesquisa avaliar o desempenho do Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no Estado da Bahia, através da matriz *SWOT*, no período de 2019 a 2023. Para atingir o objetivo geral, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: analisar o desempenho do Programa UPT/BA, através da matriz *SWOT*; e conhecer a percepção dos estudantes cursistas, dos monitores e servidores das Universidades parceiras, beneficiários acerca do Programa UPT/BA.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, metodologicamente, consiste numa pesquisa aplicada, de método dedutivo, com abordagem descritiva e quali-quantitativa. Classifica-se, também, como uma pesquisa bibliográfica, sendo complementada com uma pesquisa de campo, do tipo estudo de caso. Para a coleta de dados, foi realizado um questionário, tendo como referência a matriz *SWOT*, além da observação direta. Desta forma, o objeto de estudo foi o Programa Universidade para Todos (UPT) implantado pelo Estado da Bahia (BA), tendo como sujeitos da pesquisa, os estudantes egressos e concluintes do ensino médio, oriundos da escola pública e que buscam o programa, para se prepararem para os processos seletivos de acesso ao ensino superior, estudantes universitários, que atuam no programa como monitores e os servidores das universidades parceiras, que atuam no programa nas funções técnicas, administrativas, pedagógicas e financeiras. Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica da triangulação, de Triviños (1987), para melhor compreensão na análise da matriz *SWOT*.

Assim, o trabalho encontra-se estruturado em quatro seções: a primeira seção refere-se à introdução que apresenta a descrição do que será encontrado ao longo do texto, além de um resumo da metodologia adotada. A segunda seção refere-se ao detalhamento do percurso metodológico; e a terceira seção traz os resultados e discussão da pesquisa, a partir da percepção dos participantes da pesquisa, com a caracterização do perfil geral dos sujeitos da pesquisa, seguido da análise do ambiente interno do Programa UPT/BA, com suas forças (*Strengths*) e fraquezas (*Weaknesses*), além do

ambiente externo, com suas oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) segundo Kotler (2000); Chiavenato; Sapiro (2003); e Menezes; Peçanha; Silva Neto; Hora (2022) entre outros. A quarta seção corresponde as considerações finais, com as principais conclusões da pesquisa de campo.

A análise dos ambientes interno – forma como os membros da organização se percebem e externo, que corresponde ao ambiente onde o referido Programa está inserido, através de suas variáveis: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, junto ao Programa UPT/BA, poderá auxiliar a equipe gestora do Programa na realização do seu planejamento estratégico, analisando as possíveis ameaças e fraquezas presentes no Programa, que podem vir a influenciar negativamente, na continuidade desta política pública social. A construção da matriz *SWOT* do Programa UPT/BA, também permitiu identificar as oportunidades e pontos fortes do Programa, maximizando seu uso, além de tornar esses pontos como estratégias competitivas, que mantenham a longevidade do mesmo.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO**

Para a consecução do presente artigo fez-se uso da pesquisa de natureza aplicada que de acordo com Paranhos; Paranhos (2014, p. 19-20), corresponde ao “[...] levantamento de conhecimentos necessários para a utilização em situações práticas empregadas em problemas reais [...]”. Nesse sentido, pretende-se gerar conhecimento para que seja utilizado nas práxis pedagógicas do Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no estado da Bahia.

Em relação ao método, é dedutivo, pois inicia de uma análise do geral em direção a um conhecimento específico. Segundo Gil (2019, p. 9) o método dedutivo parte de “[...] princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.”. Do ponto de vista da abordagem do problema, caracteriza-se como uma pesquisa quali quantitativa ou mista, fazendo uso de técnicas que usam tanto a objetividade quanto a subjetividade para análise dos resultados, sendo ratificado por

Paschoarelli *et al* (2015, p. 70) que afirma que a pesquisa qualiquantitativa é adequada para “[...] que a subjetividade seja minimizada e, ao mesmo tempo, aproximam o pesquisador do objeto estudado, proporcionando maior credibilidade aos dados. [...]”. Desta forma, fazer uso de um método misto, torna possível uma melhor análise e compreensão dos dados coletados. Em relação aos objetivos, de acordo com Gil (2019) é uma pesquisa descritiva, assim como exploratória, uma vez que se caracteriza pela evolução de ideias ou a descoberta de novas ideias, além de serem flexíveis, uma vez que quaisquer aspectos relativos ao fenômeno estudado têm relevância.

No tocante aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica, segundo Fonseca (2002, p. 32), caracteriza-se “[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. [...]”. Assim, na presente pesquisa bibliográfica utilizou-se material já elaborado, como livros e artigos científicos com o tema matriz *SWOT*, e políticas públicas de acesso ao ensino superior (Smarjassi; Arzani, 2021), além de outras publicações recentes sobre a temática (Kotler, 2000; Chiavenato; Sapiro, 2003), junto a base de dados de trabalhos científicos, publicados nos periódicos e disponibilizados pela Capes ou repositório da Plataforma Sucupira, entre outros, sendo escolhidos a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, para realização das fichas bibliográficas, além de documentos oficiais e institucionais que amparam o Programa UPT/BA.

Ainda, em relação ao delineamento da pesquisa, foi realizado um estudo de caso, junto aos beneficiários do Programa UPT/BA, estudantes egressos e concluintes do ensino médio, professores/monitores e servidores das universidades públicas parceiras do Programa. De acordo com Yin (2015) o estudo de caso pode ser utilizado quando se investiga um fenômeno contemporâneo em seu ambiente real, como é o caso do Programa UPT/BA.

Para um melhor conhecimento sobre o Programa UPT/BA, faz-se necessário a realização da descrição do lócus e sujeitos participantes da pesquisa. Com este prenúncio, informamos que o Programa UPT/BA, corresponde a uma ação do governo estadual, voltada para o fortalecimento da política de acesso ao ensino superior, para os jovens concluintes e egressos do ensino médio, oriundos da escola pública do estado da Bahia. O referido Programa foi criado em 2003, como primeira fase do Programa Faz

Universitário, inicialmente, foi desenvolvido e coordenado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ/BA) em parceria com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), sendo regulamentado pelo Decreto N° 9.149 (Bahia, 2004) de 23 de julho de 2004 (Bahia, 2001).

Em 2017, através do Decreto N° 17.610 (Bahia, 2017) a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, passou a assumir, integralmente, a coordenação do Programa UPT, firmando parcerias com as Universidades públicas estaduais da Bahia - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); além da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que iniciou a parceria junto ao Programa UPT/BA em 2008 até 2014, e por questões de ordem administrativa não pode renovar a parceria com a SEC/BA, consecutivamente, retomando a parceria no ano de 2020, permanecendo até a presente data, desta forma, essa parceria com as cinco Universidades públicas, resulta numa grande área de abrangência em todo Estado da Bahia, como mostra a Figura 1.

**Figura 1** – Identificação das áreas de abrangência das Universidades parceiras na implantação do Programa UPT/BA no ano de 2023



Fonte: Bahia (2023).

No ano de 2020, através do Decreto Nº 20.004 (Bahia, 2020), de 21 de setembro de 2020, o referido Programa é regulamentado pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, definindo o Ensino Superior como política de Estado, através da ação do Programa UPT/BA, com os seguintes investimentos no período de 2019 a 2023, sendo descentralizados para as Universidades parceiras, conforme Quadro 1.

**Quadro 1** – Investimento descentralizado para as Universidades parceiras do Programa Universidade para Todos/BA, no período de 2019 a 2023

UNIVERSIDADE	INVESTIMENTO (R\$)
--------------	--------------------

<b>ANO</b>	<b>2019</b>	<b>2020/2021<sup>4</sup></b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
<b>UNEB</b>	4.812.500,00	6.015.625,00	5.804.100,00	8.284.900
<b>UEFS</b>	743.750,00	921.591,00	997.235,00	1.423.500,00
<b>UESC</b>	411.250,00	513.324,00	500.400,00	712.992,80
<b>UESB</b>	1.032.500,00	1.288.800,00	1.247.935,00	1.781.000,00
<b>UFRB</b>	-	573.889,40	557.099,92	796.899,90
<b>Total Geral</b>	<b>7.000,000,00</b>	<b>9.313.229,40</b>	<b>9.106.769,92</b>	<b>12.999.292,70</b>

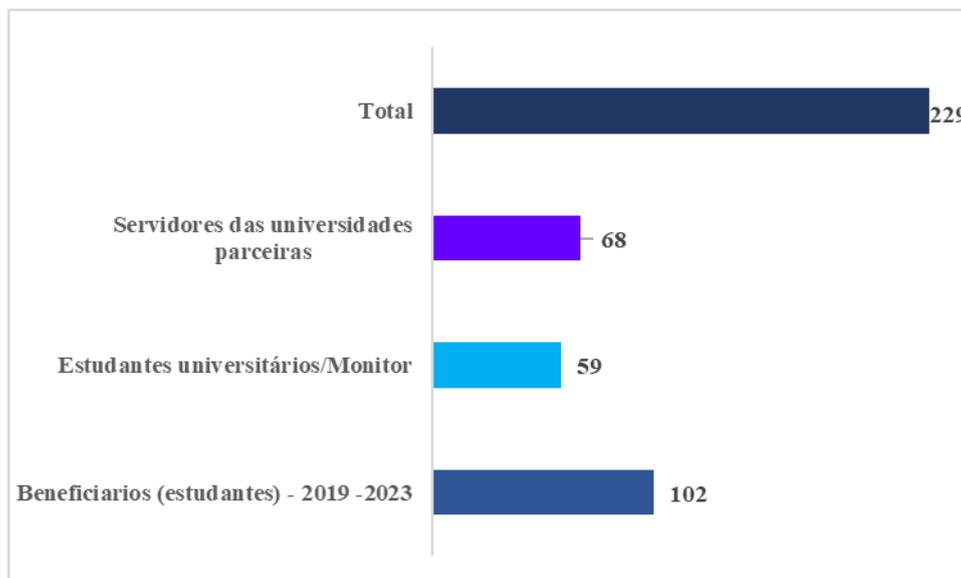
**Fonte:** SEC/UPT/BA (2024).

Sobre o universo ou população dessa pesquisa, corresponde aos estudantes beneficiários do Programa UPT/BA, que são os estudantes egressos e concluintes do ensino médio, das escolas públicas do Estado da Bahia; além dos estudantes universitários que atuam no programa, na condição de monitores; e os servidores das universidades parceiras: UNEB; UEFS; UESB; UESC E UFRB, que atuam no Programa nas funções técnicas, administrativas, financeiras e pedagógicas, conforme descrito no Projeto Político Pedagógico (BAHIA, 2020). De acordo com Gil (1999) o universo de uma pesquisa consiste em um conjunto de elementos com determinadas características semelhantes, no caso em específico, todos os sujeitos participantes da pesquisa atuam no Projeto Universidade para Todos, no Estado da Bahia. Como o Programa UPT/BA funciona há mais de 20 anos, a amostra após aplicação do questionário eletrônico, é formada por: 102 (cento e dois) estudantes egressos e concluintes do ensino médio, das escolas públicas do Estado da Bahia, no período de 2019 a 2023, que estiveram ligados ao Programa, e que buscavam se preparar para os processos de acesso ao ensino superior; 59 (cinquenta e nove) estudantes universitários, que atuaram no Programa como professor/monitor; e 68 (sessenta e oito) servidores das Universidades públicas parceiras, totalizando 229 (duzentos e vinte e nove)

<sup>4</sup>Por conta da Pandemia, causada pela COVID 19, as ações do Programa UPT foram realizadas na modalidade de Continuum pedagógico 2020/2021, tendo contratação inicial, das Universidades públicas UNEB, UEFS, UESC, UESB e UFRB, em 2020 no valor total de R\$ 7.462.469,40 + R\$ 1.739.340,00 em 2021, com continuidade da contratação das referidas universidades públicas, por meio de termo aditivo.

participantes, conforme Figura 2. Dessa forma, a amostra de uma pesquisa corresponde a um subconjunto do universo.

**Figura 2** - Tamanho total da amostra da pesquisa



**Fonte:** Resultado da Pesquisa (2024).

Urge salientar que para a efetivação dessa pesquisa, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, disponibilizou o banco de dados, com as informações de todos os estudantes beneficiários que foram atendidos pelo Programa UPT/BA, no período de 2019 a 2023, com nome completo, telefone e *e-mail*. Desta forma, o questionário eletrônico foi encaminhado, através de mensagem eletrônica - *e-mail*. Como ocorre com muitas pesquisas no Brasil, houve a dificuldade de receber retorno dos participantes, necessitando um prazo maior e novos envios para contato. O período estimado para aplicação do questionário foi o período de maio e junho de 2023, entretanto, foi necessário estender o prazo para o mês de novembro de 2023.

Um dos pontos críticos para o desenvolvimento de uma pesquisa é referente a escolha dos instrumentos de coleta dos dados. Neste caso, ocorreu por meio de um questionário eletrônico (Apêndice B), encaminhado por *e-mail*, aos estudantes beneficiários atendidos pelo programa no período de 2019 a 2023, além dos monitores e servidores das Universidades parceiras do Programa UPT/BA. Em relação ao questionário, metodologicamente, segundo Lakatos; Marconi (2003) é constituído por uma série de perguntas que são respondidas, sem a presença do pesquisador. O

questionário em questão, foi construído utilizando como referência a matriz *SWOT*, conhecida no Brasil também como Matriz F.O.F.A, a fim de examinar a percepção dos beneficiários envolvidos no Programa UPT/BA, na perspectiva de quatro variáveis: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades), e *Threats* (Ameaças), segundo Kotler (2000); Chiavenato; Sapiro (2003); e Menezes; Pessanha; Silva Neto; Hora (2022) entre outros. O referido questionário apresentou 21 (vinte e uma) questões, com as mesmas alternativas em cada uma das quatro variáveis, totalizando 84 questões, contemplando pontos considerados pertinentes ao Programa UPT/BA, para que os participantes da pesquisa pudessem analisar e avaliar, sob a ótica da matriz *SWOT*, classificando a partir das descrições relacionadas, numa escala de 0 a 10 pontos fortes, os fracos, as ameaças e as possibilidades do Programa UPT/BA. O referido questionário é composto, ainda, de uma questão aberta e não obrigatória, a questão 99, para que possa ser registrada outras contribuições que podem ser consideradas importantes para a gestão do Programa UPT/BA. As questões que compõem o questionário, versaram sobre ações de planejamento, acompanhamento, monitoramento, formação, material didático, infraestrutura, qualidade dos serviços, encaminhamentos processos de seleção, remuneração entre outros aspectos, conforme Apêndice B.

Salientamos informar que todo o projeto, o formulário do instrumento de coleta de dados, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Apêndice A e demais documentos necessários foram submetidos ao Comitê de Ética da Pesquisa da Plataforma Brasil, de acordo com a Resolução CNS N° 466/12, cujo Parecer Consubstanciado CEP N° 5.857.369 (Anexo H) foi aprovado.

Para a análise dos dados da pesquisa de campo, foi utilizada a técnica da triangulação tendo como ponto de partida os resultados adquiridos através da aplicação da matriz *SWOT*.

Sobre a técnica da triangulação foi utilizada por buscar a compreensão de um fenômeno, dentro de seu contexto social, cultural e histórico, por duas ou mais abordagens metodológicas, de acordo com Flick (2009) e Triviños (2008), aumentando o grau de credibilidade e confiabilidade na pesquisa. A análise descritiva também foi utilizada, fazendo uso de frequências absolutas e relativas junto as respostas dos sujeitos participantes desta pesquisa, por contribuir com a integração dos dados, correspondendo a fase inicial do processo de análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

Nesse sentido, a utilização do questionário com base na matriz *SWOT* para construção desse artigo, deve-se ao fato da mesma ser “[...] uma ferramenta analítica, colaborativa e versátil, [...], facilitando o processo de lidar com os desafios para alcançar um objetivo estratégico. ” (MENEZES; PESSANHA; SILVA NETO; HORA. 2022, p. 198). A referida matriz apresenta as percepções acerca da instituição pesquisada através:

[...] das **forças** e **fraquezas** presentes na organização, além de **oportunidades** e **ameaças** do ambiente no qual está inserida. Essa combinação de fatores permite estabelecer parâmetros consistentes sobre competitividade e oferece uma visão completa. O confronto entre os desdobramentos externos e as capacidades internas possibilitam desenvolver estratégias para diretrizes governamentais específicas (MENEZES; PESSANHA; SILVA NETO; HORA. 2022, p. 198, **grifos nossos**).

Desta forma, a análise final dos resultados dos fatores que são referentes ao ambiente interno (forças e fraquezas) e ao ambiente externo (oportunidades e ameaças) do Programa Universidade para Todos (UPT) servirão para a construção de uma matriz *SWOT* própria do referido Programa, que poderá ser utilizada para a realização de ajustes necessários para sua manutenção, conforme esquema apresentado na Figura 3.

**Figura 3** – Matriz para elaboração da análise *SWOT*

	<b>Auxilia</b>	<b>Atrapalha</b>
<b>Fatores Internos</b> (Organização)	<b>FORÇAS</b> ( <i>Strenghts</i> )	<b>FRAQUEZAS</b> ( <i>Weakness</i> )
<b>Fatores externos</b> (Ambiente)	<b>OPORTUNIDADES</b> ( <i>Opportunities</i> )	<b>AMEAÇAS</b> ( <i>Threats</i> )

**Fonte:** Adaptado de Chiavenato; Sapiro (2003).

Salienta-se que os fatores externos positivos e negativos correspondem ao ambiente, e os fatores internos positivos e negativos são provenientes da organização e que integradas podem levar a manutenção ou não, de uma política pública, uma vez que pode atrapalhar ou auxiliar, conforme apresentado na Figura 3.

A análise do ambiente interno de uma organização, no caso em questão o Programa UPT/BA, com as suas subcategorias forças e fraquezas, devem ser avaliadas periodicamente, de acordo com Kotler (2000), para em seguida classificá-las como uma grande força, uma força, uma característica neutra, uma fraqueza ou uma grande fraqueza. Segundo Matos; Matos; Almeida (2007, p. 151) forças são “Recursos e habilidades de que dispõe a organização para explorar as oportunidades e minimizar as ameaças. [...]”, assim as forças são consideradas fatores internos positivos e devem ser utilizados ao máximo. Já as fraquezas, de acordo com os supramencionados autores (2007) correspondem as deficiências que inibem a possibilidade de um melhor desempenho de uma organização.

A análise do ambiente externo, com as suas subcategorias oportunidades e ameaças, envolve uma análise dos fatores macro ambientais (econômicas, tecnológicas, políticas, sociais e culturais, entre outras) e dos fatores micro ambientais (concorrentes, consumidores, entre outros), de acordo com Cobra (2003). Desta forma, o ambiente externo pode vir a proporcionar oportunidades ou ameaças ao desenvolvimento ou a descontinuidade de uma organização. As oportunidades devem ser observadas e influenciam tanto no ambiente externo quanto no interno da organização, e devem ser utilizadas como estratégia competitiva. Quanto as ameaças, corresponde as forças externas que podem impactar no sucesso de uma organização, sendo relevantes no planejamento estratégico de uma organização, de acordo com Morais (2008).

### **3 OBSERVATÓRIO UPT/BA: OLHAR DOS BENEFICIÁRIOS**

Esta seção apresenta a caracterização do perfil geral dos participantes da pesquisa, que são os estudantes beneficiários, monitores, e servidores das Universidades parceiras do Programa UPT/BA. Em seguida, será exposta a análise dos demais resultados do questionário, com base na matriz *SWOT*, em que a primeira categoria consiste na análise do ambiente interno, com as subcategorias forças e fraquezas; e a segunda categoria de análise, abrange o ambiente externo, com as subcategorias

oportunidades e ameaças. Com essas análises, foi construída a matriz *SWOT* do Programa Universidade para Todos (UPT) Bahia.

### 3.1 PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA

Para iniciar a responder as questões, os beneficiários do programa, tiveram que acessar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE – Apêndice A) em que 99,1% informaram ter sido devidamente esclarecido sobre a pesquisa, e seus direitos; e 0,9% informaram não ter sido bem esclarecido sobre a pesquisa.

O público-alvo participante dessa pesquisa foi constituído por estudantes da rede pública do Estado, egressos e concluintes do Ensino Médio; os estudantes universitários, das Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado da Bahia, que atuam como professores/monitores que; e os servidores das universidades públicas UNEB, UESC, UEFS, UESB e UFRB, que atuam no programa nas funções técnicas, administrativas, pedagógicas e financeiras durante a execução das atividades do Programa UPT/BA. Vale salientar que a pesquisa teve no total 229 (duzentos e vinte e nove) respondentes. Para traçar o perfil geral dos participantes da pesquisa, os mesmos responderam a 7 (sete) questões – 03 a 10, que versaram sobre gênero, etnia, estado civil, nível de formação, identificação da Universidade que esteve ligado (a), ano de participação no Programa UPT, e o segmento ao qual pertenceu.

Em relação a identidade de Gênero, o questionário contemplou 06 alternativas para escolha do participante da pesquisa, 63,9% se identificaram como Mulher Cis; 30,6% como Homem Cis; 0,9% Não Binário; e 4,6% optaram por Não Declarar.

O Brasil, em especial, a Bahia, é formado pela mistura das raças e a “Raça, Cor, Etnia” faz parte de características pessoais, assim como nome, endereço, idade e sexo. A Bahia por ter uma população miscigenada, identificar o pertencimento, não é algo tão evidente e de fácil declaração. Como o Programa UPT/BA, nos últimos dez anos, vem apresentando um crescimento na oferta de vagas, e na implementação das ações em comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, esse quesito é importante para esse levantamento, afim de identificar a percepção dos beneficiários e demais equipe do Programa UPT/BA, quanto ao seu pertencimento étnico-racial. Ressalta-se, que no questionário, foi utilizado o padrão criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatísticas (IBGE). E essa percepção foi detectado nas respostas: 52,2% se identificam como parda; 29,9% preta; 16,1% branca e 1,8% preferiu não declarar.

Quanto ao quesito Estado Civil, 64,4% se declararam na condição de solteiro; 23,1% casados; 4,9% desquitado; 5,3% em união estável; e 2,2% optaram por não declarar. O nível de formação máximo concluído: 30,2% beneficiários estão na condição de médio conculinte, o que permite afirmar que são estudantes; 18,2% concluíram a especialização; 17,8% já concluíram a graduação; 12,9% concluíram o mestrado; 12,4% já concluíram o ensino médio, e estão na condição de estudante egresso; 4,4% já concluíram o doutorado; e 2,2% possuem pós-doutorado concluído. Nesse sentido, podemos inferir que 42,6% dos participantes da pesquisa, correspondem aos beneficiários conculintes e egressos do Ensino Médio.

No quesito para identificação da universidade pública que o participante da pesquisa está ou esteve vinculado ao Programa UPT/BA, 52,4% informaram possuir vínculo com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); 20,3% a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); 13,2% a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); 7,9% a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); e 4,4% a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Quanto ao ano em que estão ou estiveram vinculados, ao Programa UPT/BA: 63,4% estiveram vinculados no ano de 2023; 16,3% no ano de 2022; 11,0% no ano de 2019; 2,6% no ano de 2021; e 1,8% no ano de 2020. Vale destacar que 4,9% preferiram não declarar.

No item para identificação o segmento que pertence ou pertenceu, conforme função estabelecida no edital: 44,9% são estudantes cursistas, que buscaram o Programa UPT/BA, para preparação para os processos seletivos de acesso ao ensino superior; 25,1% são professor/monitor, estudantes universitários que estiveram no programa para atuar na função de professor/monitor; 4,4% informaram vínculo como Coordenador de Polo/Gestor de Polo; 3,5% informaram vínculo na função de coordenador Geral Pedagógico; 3,1% informaram ser professor/especialista/coordenador de área, que atuam no Programa, acompanhando os professores/monitores, no exercício da docência; e 19% informaram atuar nas mais diversas funções estabelecidas pelo edital de seleção: coordenador geral; Coordenador Geral Administrativo; Coordenador Geral Financeiro; Coordenação de Área Técnica; Secretário de Apoio escolar/suporte pedagógico; Secretário de Apoio (equipe Núcleo); Secretário de Coordenação; Coordenação Local;

Secretários de Municípios; Assistente de Coordenação (Técnica); e Assistente/ Auxiliar de Coordenação Financeira. Percebe-se que mesmo em percentual menor, a pesquisa teve a participação dos diversos segmentos previstos no Programa UPT/BA.

### 3.2 OS ACHADOS ATRAVÉS DA MATRIZ *SWOT*

Para análise dos demais resultados advindos da pesquisa de campo, será realizada duas categorias de análise da matriz *SWOT*, e suas respectivas subcategorias. A primeira categoria será a análise do ambiente interno, com as subcategorias forças e fraquezas; e a segunda categoria de análise, com as subcategorias oportunidades e ameaças. Com essas análises, foi elaborada ao final a matriz *SWOT* do Programa Universidade para Todos (UPT) Bahia. Vale salientar, que cada questão foi avaliada pelos participantes da pesquisa numa escala de 0 a 10.

#### 3.2.1 Análise do ambiente interno do Programa UPT/BA: forças e fraquezas

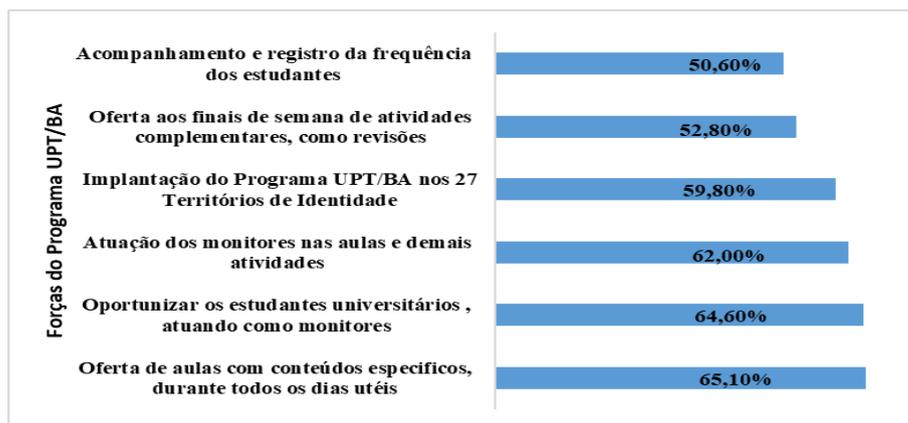
O ambiente interno de uma organização, refere-se a forma como os membros da organização se percebem, nesse caso, os beneficiários, monitores e servidores das Universidades públicas parceiras, através de suas forças (*Strengths*) e fraquezas (*Weaknesses*), conforme discorrido ao longo do trabalho (COBRA, 2003). Assim, a primeira categoria de análise refere-se ao ambiente interno do Programa UPT, composta pelas subcategorias forças e fraquezas, com a representação da frequência de votos, e em percentual. Foi detectado nos resultados, que a frequência de votos com maior percentual, encontravam-se todos na escala 10, em relação a subcategoria pontos positivos (forças), conforme Tabela 1 (Apêndice C), e os demais resultados que podem ser encontrados nos Apêndices D, E e F.

Uma vez estabelecida como critério inicial de análise a associação entre o maior valor numa escala de 0 a 10, e maior frequência de votos, para determinação dos pontos mais fortes do Programa UPT/BA, consideramos para uma melhor análise e compreensão dos resultados, estimar uma escala de porcentagem os mesmos, assim: aqueles que atingiram um percentual a partir de 50%, serão considerados os pontos mais fortes ou grande força; entre 39,9% e 49,9% pontos fortes medianos ou simplesmente uma força; e aqueles que estiverem abaixo de 39,9% serão considerados pontos fortes,

porém uma força neutra, estando em consonância com a classificação realizada por Kotlet (2000).

Desta forma foram considerados pelos participantes da pesquisa os pontos mais fortes do Programa UPT/BA: oferta de aulas com conteúdos voltados para o Enem e o vestibular, durante todos os dias úteis (65,1%); oportunizar os estudantes universitários de vivenciarem o exercício da docência, atuando como monitores (64,6%); atuação dos monitores nas aulas e demais atividades (62,0%); a implantação do referido Programa nos 27 Territórios de Identidade (59,8%); oferta aos finais de semana de atividades complementares, como revisões (52,8%); acompanhamento e registro da frequência dos estudantes (50,6%), conforme Figura 4.

**Figura 4** – Percepção dos participantes da pesquisa sobre as possíveis grandes forças do Programa UPT /BA



Fonte: Resultado da Pesquisa (2024).

Os pontos fortes medianos resultantes da pesquisa de campo são: qualidade da atuação da equipe técnica, administrativa, e pedagógica envolvida no programa (48,0%); a rede colaborativa existente entre a tríade Secretaria de Educação, as Universidades e os Municípios (46,7%); qualidade do material didático (45,8%); o processo de inscrição para uma vaga no Programa UPT/BA, exclusivamente, pela *Internet* (43,7%); acompanhamento pelas equipes técnica, administrativa e pedagógica das atividades desenvolvidas no programa UPT/BA (44,1%); critérios de seleção para uma vaga como professor monitor adotado pelas Universidades parceiras, assim como realização da formação inicial e continuada, quinzenalmente, para os professores/monitores (41,0%); divulgação do programa UPT/BA pela SEC e

Universidades parceiras (38,9%); levantamento dos estudantes do Programa UPT/BA que ingressaram na universidade (37,5%); critérios de seleção da equipe técnica, administrativa, pedagógica e financeira adotado pelas Universidades parceiras (39,3%); qualidade do uniforme dos estudantes e monitores (33,6%).

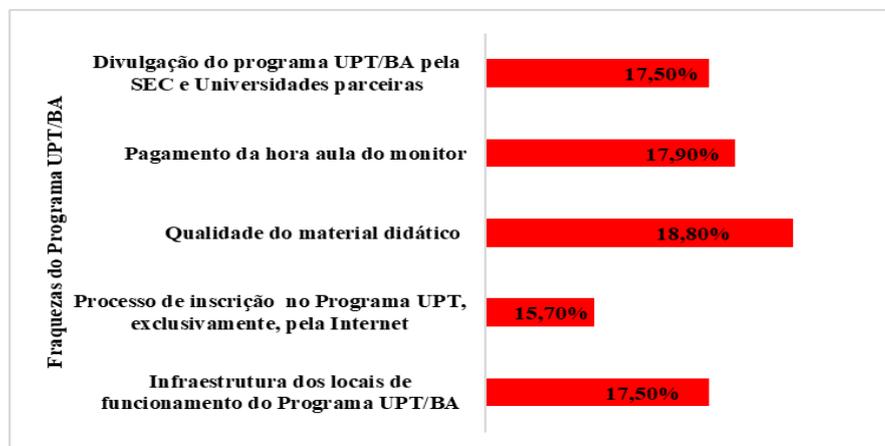
Alguns pontos fortes, porém considerados características neutras pelos participantes da pesquisa são: 29,3% a infraestrutura dos locais de funcionamento onde são desenvolvidas as atividades do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade está adequado e atende bem aos beneficiários; 29,2% consideram adequado o início e término do cronograma de execução das ações do Programa UPT/BA; 25% dos monitores estão satisfeitos com o pagamento da hora aula; assim como 27,9% da equipe técnica administrativa, pedagógica e financeira.

Todas essas forças referentes ao Programa UPT/BA e aqui pontuadas e classificadas podem ser utilizadas como estratégias pela equipe gestora do Programa UPT/BA para explorar as oportunidades e minimizar as ameaças (MATOS; MATOS; ALMEIDA, 2007).

A subcategoria fraqueza corresponde as deficiências, e nesse caso, podem impactar no desenvolvimento do Programa UPT/BA. Desta forma, os resultados da pesquisa, apresentou as maiores frequências de votos, conforme Tabela 2 (Apêndice D) nas escalas zero e dez. Por esta razão optamos por realizar a análise comparativa, levando-se em conta esses dois resultados, para determinação dos reais pontos fracos do Programa UPT/BA. Como foi realizada uma comparação entre as maiores frequências de votos, não foi necessária a utilização de uma escala de percentual para estimar os pontos fracos mais graves, dos de menor gravidade.

Desta forma, de acordo com os resultados são considerados pontos fracos ou fraquezas do Programa UPT/BA: o início e término do cronograma de execução das ações do Programa UPT/BA (21,4%); infraestrutura dos locais de funcionamento do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade (17,5); o processo de inscrição para uma vaga no Programa UPT, exclusivamente, pela *Internet* (15,7%); qualidade do material didático (18,8%); pagamento da hora aula do monitor (17,9%); Divulgação do Programa UPT/BA pela SEC/BA e Universidades parceiras (17,5%), conforme mostra a Figura 5.

**Figura 5** – Percepção dos participantes da pesquisa sobre as possíveis fraquezas que pode atingir o Programa UPT/BA



Fonte: Resultado da Pesquisa (2024).

Os demais itens avaliados pelos participantes da pesquisa encontram-se com valor zero, significa que não consideram como fraquezas do Programa. De acordo com os resultados aqui apresentados, os participantes entendem que os pontos apresentados na Figura 5, como fragilidades ou deficiências do Programa UPT/BA, porém são pontos que podem ser revertidos ou atenuados, pois estão sob o domínio do ambiente interno da equipe gestora do Programa UPT/BA (MATOS; MATOS; ALMEIDA, 2007). Além dos fatores relacionados ao ambiente interno de uma organização que podem impactar positivamente ou negativamente o seu desenvolvimento, existe a interferência do ambiente externo do Programa UPT/BA, como será apresentado na próxima subseção desse artigo.

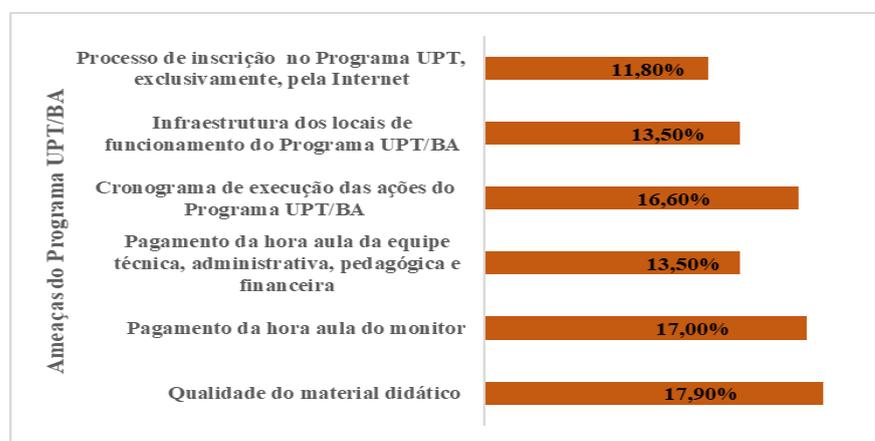
### 3.2.2 Análise do ambiente externo do Programa UPT/BA: ameaças e oportunidades

A segunda categoria de análise corresponde ao ambiente externo do Programa UPT/BA, que corresponde ao ambiente onde o referido Programa está inserido, em conjunto com outras organizações que atuam com o mesmo objeto, que é a preparação dos estudantes para ingresso no ensino superior, sendo composto por duas

subcategorias: ameaças e oportunidades (MORAIS, 2008). Para análise, seguiremos os mesmos critérios estabelecidos para a análise dos resultados do ambiente interno do Programa UPT/BA.

Os resultados da subcategoria ameaças, assim como as fraquezas, apresentaram as maiores frequências de votos, conforme Tabela 3 (Apêndice E) nas escalas zero e dez. Por esta razão foi realizada a análise comparativa, conforme descrição na subseção anterior. Desta forma, de acordo com os resultados, são consideradas as seguintes ameaças do Programa UPT/BA: qualidade do material didático (17,9%); pagamento da hora aula do monitor (17,0%), assim como da equipe técnica, administrativa, pedagógica e financeira (13,5%); o início e término do cronograma de execução das ações do Programa UPT/BA (16,6%); infraestrutura dos locais de funcionamento do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade (13,5%); o processo de inscrição para uma vaga no Programa UPT/BA, exclusivamente, pela *Internet* (11,8%), conforme Figura 6.

**Figura 6** - Percepção dos participantes da pesquisa sobre as possíveis ameaças do Programa UPT/BA



Fonte: Resultado da Pesquisa (2024).

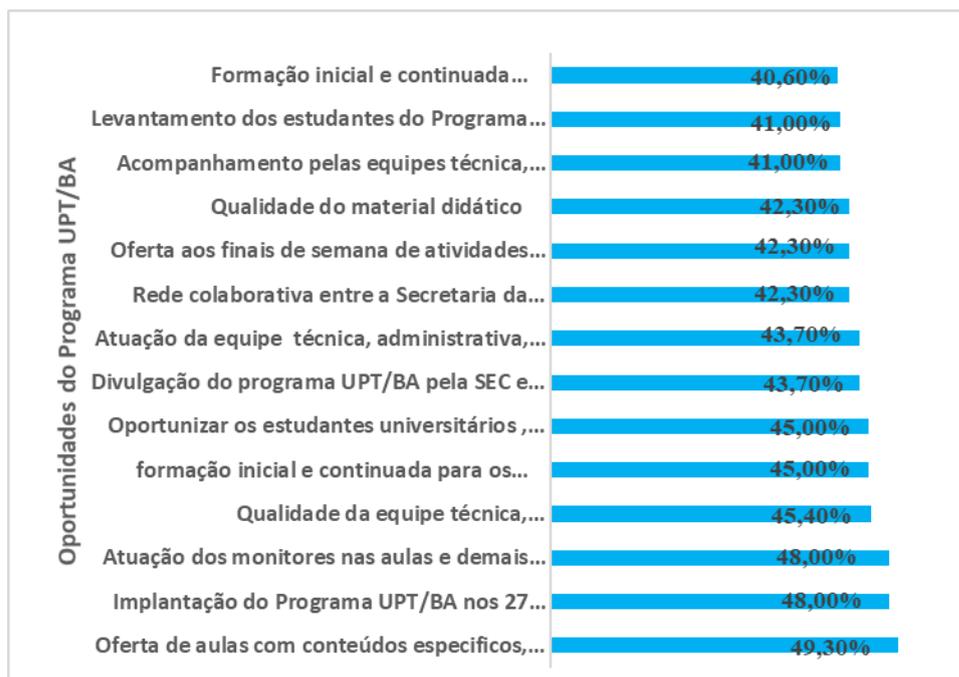
Segundo os resultados aqui apresentados para as ameaças do Programa UPT/BA, conforme figura 6, a equipe gestora do Programa pode passar por sérios problemas que podem causar danos por longos tempos ao Programa UPT/BA, precisando ser rápida e adequadamente controlada ou resolvida (MORAIS, 2008).

Assim como foi detectado junto aos resultados relativos aos pontos fortes, a subcategoria oportunidades apresentou uma frequência de votos com maior percentual,

na escala 10, conforme Tabela 4 (Apêndice F), e os demais resultados que podem ser encontrados nos Apêndices C, D e E. Assim, serão utilizados os mesmos critérios para análise, porém com ajuste no intervalo: aqueles que atingiram um percentual a partir de 40%, serão consideradas oportunidades com grande relevância; entre 39,9% e 29,9% oportunidades com relevância mediana; e aqueles que estiverem abaixo de 29,9% serão considerados oportunidades sem relevância.

Assim, na percepção dos participantes da pesquisa, todas as oportunidades foram colocadas com grande relevância: Oferta de aulas com conteúdos voltados para o Enem e o vestibular, durante todos os dias úteis (49,3%); implementação do Programa UPT/BA; e atuação dos monitores nas aulas e demais atividades (48,0%), respectivamente; oportunizar os estudantes universitários de vivenciarem o exercício da docência, atuando como monitores; e formação inicial e continuada (quinzenalmente) para os professores/monitores (45,0%); qualidade da atuação da equipe técnica, administrativa, e pedagógica envolvida no programa (45,4%); divulgação do programa UPT/BA pela SEC e Universidades parceiras (43,7%); rede colaborativa entre a Secretaria da Educação, Universidades e municípios; oferta aos finais de semana de atividades complementares, como revisões; e qualidade do material didático (42,3%), respectivamente; acompanhamento pelas equipes técnica, administrativa e pedagógica das atividades desenvolvidas no programa UPT/BA; e levantamento dos estudantes do Programa UPT/BA que ingressaram na universidade (41,0%), respectivamente; e realização da formação inicial e continuada (quinzenalmente) para os professores/monitores (40,6%), conforme apresentação na Figura 7. As oportunidades quando bem exploradas podem contribuir para o sucesso do Programa UPT/BA, podendo ser utilizadas estratégia competitiva (COBRA, 2003).

**Figura 7** - Percepção dos participantes da pesquisa sobre as possíveis oportunidades de grande relevância do Programa UPT /BA



Fonte: Resultado da Pesquisa (2024).

As características do ambiente interno detectado na pesquisa de campo relativa ao Programa UPT/BA, com suas forças (*Strengths*) e fraquezas (*Weaknesses*), assim como as características do ambiente externo do referido Programa, oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) do ambiente de fora da organização, conforme ratifica Kotler (2000), formam a concepção da matriz SWOT que representa, ao final, o resultado das percepções dos participantes da pesquisa, sobre os ambientes em que a organização está inserida, conforme Figura 8, que representa a Matriz *SWOT* do Programa UPT/BA.

**Figura 8 – Matriz *SWOT* do Programa UPT/BA**



<b>Fatores Internos (Programa UPT/BA)</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de aulas com conteúdos específicos, durante todos os dias úteis;</li> <li>• Oportunizar os estudantes universitários, atuando como monitores;</li> <li>• Atuação dos monitores nas aulas e demais atividades;</li> <li>• Implantação do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade;</li> <li>• Oferta aos finais de semana de atividades complementares, como revisões;</li> <li>• Acompanhamento e registro da frequência dos estudantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infraestrutura dos locais de funcionamento do Programa UPT/BA;</li> <li>• Processo de inscrição no Programa UPT, exclusivamente, pela Internet;</li> <li>• Qualidade do material didático;</li> <li>• Pagamento da hora aula do monitor;</li> <li>• Divulgação do programa UPT/BA pela SEC e Universidades parceiras;</li> </ul>
<b>Fatores externos (ambiente)</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de aulas com conteúdo específico, durante todos os dias úteis;</li> <li>• Implantação do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade;</li> <li>• Atuação dos monitores nas aulas e demais atividades;</li> <li>• Oportunizar os estudantes universitários, atuando como monitores;</li> <li>• Atuação da equipe técnica, administrativa, e pedagógica no programa;</li> <li>• Rede colaborativa entre a Secretaria da Educação, Universidades e municípios;</li> <li>• Oferta aos finais de semana de atividades complementares, como revisões;</li> <li>• Qualidade do material didático;</li> <li>• Acompanhamento pelas equipes técnica, administrativa e pedagógica do programa;</li> <li>• Levantamento dos estudantes do Programa que ingressaram na universidade;</li> <li>• Formação inicial e continuada (quinzenalmente) para os professores/monitores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade do material didático;</li> <li>• Pagamento da hora aula do monitor;</li> <li>• Pagamento da hora aula da equipe técnica, administrativa, pedagógica e financeira;</li> <li>• Cronograma de execução das ações do Programa UPT/BA;</li> <li>• Infraestrutura dos locais de funcionamento do Programa UPT/BA;</li> <li>• Processo de inscrição no Programa UPT, exclusivamente, pela <i>Internet</i>.</li> </ul>

**Fonte:** Resultado da Pesquisa (2024).

Através dos resultados advindos da pesquisa de campo, junto aos estudantes egressos e concluintes do ensino médio, das escolas públicas do Estado da Bahia, moderadores e servidores das Universidades parceiras do Programa UPT, tornou possível conhecer as percepções desses beneficiários em relação aos pontos positivos e negativos do referido Programa, proporcionando a sistematização e construção da matriz *SWOT* da UPT/BA, aqui apresentado através da Figura 8.

Como resultados positivos do Programa que são as forças e oportunidades percebe-se que o mesmo tem aceitação junto à comunidade, com a expansão em todos os territórios de identidade do Estado da Bahia ao longo dos anos; destaca-se também, a boa atuação dos monitores junto aos estudantes, além de oportunizar aos mesmos, a atuação nas práticas pedagógicas, entre outros. E como resultados negativos, que correspondem as fraquezas e ameaças foi possível verificar a necessidade de melhoria do pagamento da hora/aula dos monitores e servidores que atuam no Programa UPT/BA, assim como na qualidade do material didático; e uma maior divulgação do Programa junto as comunidades escolares; melhoria da infraestrutura das salas em que ocorrem as aulas. O levantamento e análise desses dados, resultou na construção da matriz *SWOT* do Programa UPT/BA, com a indicação das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, que podem vir a auxiliar a equipe gestora em caminhos para o sucesso e continuidade do mencionado Programa, através de um planejamento estratégico.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implantação e manutenção de uma política pública, especialmente uma política de acesso ao Ensino Superior, como ocorre com o Universidade para Todos UPT/BA, em que existe a participação de vários parceiros públicos, porém com as decisões centradas no governo Estadual, faz com que essa ação se torne mais complexa e de difícil tomada de decisão, que por vezes precisam ser céleres. Desta forma, a realização de uma avaliação do referido Programa, fazendo uso da matriz *SWOT*, é para que sirva na realização do planejamento estratégico, com uma análise mais assertiva de cada um dos pontos detectados na pesquisa de campo, definindo estratégias para manter os pontos fortes, reduzir a intensidade de pontos fracos, aproveitar as oportunidades e proteger-se das ameaças, promovendo a sobrevivência, manutenção, crescimento ou desenvolvimento do Programa UPT/BA. Com este viés, a presente pesquisa foi iniciada com o seguinte problema: Qual a percepção acerca do Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no Estado da Bahia (BA), na ótica dos seus beneficiários? Neste sentido, teve como cerne conhecer a percepção dos beneficiários acerca do Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no Estado da Bahia, através da

matriz *SWOT*, no período de 2019 a 2023. O objetivo da pesquisa foi alcançado, de acordo com os resultados apresentados e podemos fazer algumas inferências como:

As características positivas (forças) do Programa UPT/BA que foram percebidas pelos beneficiários, monitores e servidores das Universidades parceiras, participantes desta pesquisa, como a utilização de conteúdos específicos durante todos os dias de ocorrência das aulas; oportunizar os estudantes universitários a atuarem como monitores, exercitando a prática docente; a atuação boa atuação dos monitores durante as atividades de aulas; oferta de outras atividades complementares aos finais de semana; e a extensão do Programa em todos os Territórios de Identidade da Bahia foram considerados pontos fortes do Programa UPT/BA, e devido a isso devem ser utilizados ao máximo, pois é capaz de auxiliar substancialmente, e por longo tempo o desempenho do Programa.

As fraquezas podem dificultar esse desempenho, se não forem tratadas de forma célere, fazendo parte do planejamento estratégico, e foram pontuadas pelos participantes da pesquisa: a qualidade do material didático que precisa ser melhorado; a necessidade de rever o pagamento da hora aula do monitor; o processo de inscrição no Programa, que ocorre exclusivamente pela Internet, devendo ser previsto no planejamento outras formas de inscrição para atender ao público; maior atenção para a infraestrutura dos locais em que ocorrem as aulas do Programa; além de maior divulgação do Programa.

As oportunidades, não podem ser desprezadas, devendo a equipe gestora estar atenta e preparada para fazer uso de forma competitiva, junto ao ambiente externo, tendo sido apontadas como oportunidades ou diferencial do Programa: formação inicial e continuada dos monitores; oferta aos finais de semana de atividades complementares; atuação da equipe técnica, administrativa, financeira e pedagógica que atuam no Programa, e oportunizar aos estudantes universitários a atuarem monitores.

As ameaças apontadas pela pesquisa, como o processo de inscrição ser realizado, apenas, pela Internet; infraestrutura dos locais em que ocorrem as aulas do Programa; pagamento da hora aula da equipe técnica, administrativa, pedagógica e financeira, além dos monitores, da mesma forma que as oportunidades não podem ser minimizadas ou desprezadas, uma vez que é a interação de todos esses quatro fatores que podem prever um futuro de sucesso para uma organização, ou simplesmente prever seu fracasso.

Algumas críticas foram detectadas na única questão aberta e opcional do questionário, e que podem ser consideradas problemas ou ameaças a sobrevivência do Programa: como a questão do valor e atraso nos proventos dos monitores; revisão dos critérios de seleção dos monitores; maior interação entre a gestão e os monitores; e desvalorização por parte do estado para com os monitores. Apesar de não aparecer na matriz *SWOT*, por ter sido opcional, não podemos deixar de olhar e tratar com cuidado a todas essas críticas que foram detectadas na pesquisa.

Como pesquisadora e gestora do Programa UPT/BA a pesquisa foi desafiadora e reveladora em relação aos resultados da percepção dos estudantes beneficiários, monitores e servidores das Universidades públicas parceiras, tanto quanto aos pontos positivos quanto aos negativos. Um dos grandes desafios, como gestora do Programa, foi avaliar o desempenho do Programa UPT/BA, e concomitantemente, ser também avaliada, além de necessitar manter uma relativa distância do objeto da pesquisa, durante a escrita e análise dos resultados da pesquisa de campo. As dificuldades de aplicação da pesquisa de campo, também foi outro ponto sensível para sua realização, mesmo fazendo uso da tecnologia, sendo necessário entrar em contato com os participantes inúmeras vezes, solicitando que respondesse a presente pesquisa. Outro ponto dificultador encontrado, foi durante a sistematização e análise dos resultados ao utilizar a matriz *SWOT*, uma vez que foram elaboradas muitas questões, o questionário apresentou 21 (vinte e uma) questões, com as mesmas alternativas em cada variável, totalizando 84 questões que versaram sobre ações de planejamento, acompanhamento, monitoramento, formação, material didático, infraestrutura, qualidade dos serviços, encaminhamentos processos de seleção, remuneração entre outros aspectos, e foram pontuados numa escala de 0 a 10 pontos fortes, os fracos, as ameaças e as oportunidades do Programa UPT/BA, junto a uma amostra total de 229 (duzentos e vinte e nove) respondentes. Nesse sentido, como não existe um modelo padrão para análise dos resultados da matriz *SWOT*, tornou-se necessário estabelecer critérios para análise dos resultados, sendo consideradas duas categorias: o ambiente interno e externo do Programa UPT/BA; e as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades como subcategorias. Na análise dessas subcategorias foi possível perceber que os participantes respondentes da pesquisa tiveram facilidade em pontuar as forças e oportunidades do referido Programa, porém em relação as fraquezas e ameaças percebemos que houve um maior fracionamento entre as possíveis respostas, principalmente entre a pontuação zero

ou dez. Nesse sentido, utilizamos como critério, analisar esses dois extremos das respostas para chegar a um resultado mais próximo da realidade detectada na pesquisa de campo, só sendo possível após ouvir os beneficiários do Programa UPT/BA.

Desta forma, a presente pesquisa tornou possível conhecer a percepção dos estudantes beneficiários, monitores e servidores das Universidades parceiras acerca do Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no Estado da Bahia, fazendo uso da matriz *SWOT*, possibilitando identificar as forças fraquezas, ameaças e oportunidades para construção da matriz *SWOT* do Programa UPT/BA, como demonstrado na Figura 8. Esses dados poderão ser utilizados pela equipe gestora do Programa UPT/BA para a tomada de atitudes, ajudando no enfrentamento dos desafios (ameaças e fraquezas) e maior aproveitamento das oportunidades e forças, podendo firmar a ação como uma política pública longeva

## REFERÊNCIAS

BAHIA. **Decreto de Nº 8.054**, de 2001. Criação do Programa Faz Universitário.

BAHIA. **Decreto Nº 17.610**, de 18 de maio de 2017. Altera o art. 5º do Regulamento do Projeto Faz Universitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia, aprovado pelo Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004. Disponível em: [http://mbusca.sefaz.ba.gov.br/DITRI/normas\\_complementares/decretos/decreto\\_2017\\_17610.pdf](http://mbusca.sefaz.ba.gov.br/DITRI/normas_complementares/decretos/decreto_2017_17610.pdf) Acesso em: 20 nov. 2023.

BAHIA. Decreto Nº 20.004, de de 21 de setembro de 2020. Institui o Programa Universidade para Todos – UPT, e dá outras providências. Disponível em: [http://processoseletivoupt.educacao.ba.gov.br/public/arquivos/2020/DECRETO\\_20.004\\_DE\\_21.09.2020.pdf](http://processoseletivoupt.educacao.ba.gov.br/public/arquivos/2020/DECRETO_20.004_DE_21.09.2020.pdf) Acesso em: 20 nov. 2023.

BAHIA. Relatório Anual: **Programa Universidade para Todos (UPT)**, edição 2021.

BAHIA. **Universidade para Todos**: abrangência. 2024. Disponível em: <http://mapas.uneb.br/Acesso em:27> fev. 2024.

COBRA, Marcos. Consultoria em Marketing Manual do Consultor. 1. ed. São Paulo: Cobra Editora e Marketing, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico**: fundamentos e aplicações. 1. ed. 13º tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DORSA, Arlinda Cantero. **O papel das políticas públicas no Brasil**: reflexões necessárias. Revista Interações, Campo Grande, MS, v. 22, n. 2, abr/jun, 2021.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/HHLCmpJr9cTgNzqgxL8YnCx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14 de set. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FLICK U. **Introdução à pesquisa qualitativa** 3. ed. Porto Alegre: Artmed; 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2019

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2000.

MATOS, José Gilvomar R.; MATOS, Rosa Maria B.; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Análise do Ambiente Corporativo: do caos organizado ao planejamento**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

MENEZES, K;S.V., PESSANHA, P.A.M.R., SILVA NETO, R., Hora, H.R.M. A matriz SWOT como instrumento de gestão estratégica de uma instituição pública de ensino superior. **Revista S&G** 17, 2022. Disponível em: <https://revistasg.emnuvens.com.br/sg/article/view/1763> Acesso em 15 dez. 2023.

MORAIS, Múcio. A **Análise S.W.O.T Aplicada Às Vendas Hoje!**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/vendas-artigos/a-analise-swot-aplicada-as-vendas-hoje-352133.html>>. Acesso em 15 nov. 2023.

PASCHOARELLI, Luis C. MEDOLA, Fausto O. BONFIM, Gabriel H. C. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas. **Revista de Design, Tecnologia e Sociaidade**. 2015, p. 65-78. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/download/15699/14030/26701> Acesso em: 19 de set. de 2023.

PARANHOS, Lídia Raquel Louback; PARANHOS, Paulo José Rodolpho. **Metodologia da pesquisa aplicada à tecnologia**. São Paulo: Editora Senai, 2014

SMARJASSI, Celia; ARZANI, Jose henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica> Acesso em 20 de set. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## **APONTAMENTOS FINAIS: A CAMINHADA NÃO ACABOU!**

O Estado da Bahia é marcado pela abrangência de possuir 417 (quatrocentos e dezessete municípios) distribuídos em 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade, com localidades de difícil acesso, na zona rural; com elevados índices de evasão escolar; baixo índice de ingressantes da escola pública no Ensino Superior; além de grandes dificuldades na implementação de políticas públicas sociais. Com esse breve panorama, o Programa Universidade para Todos (UPT)/BA foi criado, e vem se configurando como uma política pública educacional, voltado para a promoção da igualdade social, que envolve estudantes beneficiários de diversos segmentos, a saber: estudantes concluintes e egressos do ensino médio, da rede pública do Estado da Bahia, que buscam o Programa UPT/BA para se preparar para os processos seletivos de ingresso ao Ensino Superior; estudantes universitários dos cursos de licenciatura e bacharelado das Universidades públicas do Estado da Bahia, que atuam no Programa como monitores, e servidores das Universidades parceiras do Programa que são selecionados e capacitados para atuarem nas funções técnicas, administrativas, financeiras e pedagógicas, e envolve ainda, uma rede colaborativa, que conta com gestores municipais que solicitam a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, a implementação e acompanhamento do Programa, para a comunidade local.

Desta forma, o Programa UPT/BA foi criado em 2003, mas só foi regulamentado como uma ação do governo estadual, por meio da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, apenas em 2020, conforme foi tratado no artigo 01, neste trabalho de Mestrado. Compreendendo a relevância social da implementação do referido Programa, em uma conjuntura favorável para as políticas públicas afirmativas, e de democratização do acesso ao Ensino Superior, no âmbito do estado da Bahia, a ação Universidade para Todos, é concebida enquanto Programa específico a partir do Decreto nº 20.004/2020, considerando as seguintes premissas: a continuidade do atendimento ao público aspirante à Educação Superior; proporcionar o processo de iniciação à docência aos estudantes universitários, a partir do exercício teórico-prático dos conteúdos e atividades pedagógicas; fortalecer a política de permanência de estudantes universitários; contribuir para o acesso de estudantes, em situação de exclusão e de vulnerabilidade social ao acesso ao Ensino Superior; minimizar o impacto das desigualdades sociais; oportunizar a inclusão social aos estudantes de grupos sociais

mais vulneráveis e historicamente excluídos, de forma justa, participativa e democrática, nos processos educativos para o ingresso e acesso ao Ensino Superior, sendo necessário legitimar a continuidade da execução, contudo, não mais como uma ação isolada e sim como Programa.

Assim, atualmente, foram implementadas ações voltadas para o fortalecimento da política de acesso e permanência ao Ensino Superior, através do Programa Universidade para Todos UPT/BA, e o Programa Mais Futuro, que é um Programa Federal de assistência estudantil, criado para garantir a permanência dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, nas Universidades públicas estaduais. Como o Programa Universidade para Todos UPT/BA, já tem mais de duas décadas de funcionamento, torna-se importante avaliar seu desenvolvimento, através dos pontos fortes e fracos para que seja conhecida pela equipe gestora do Programa UPT/BA, e esse resultado possa ser utilizado em seu planejamento estratégico, fazendo os ajustes necessários, fortalecendo-o. A problemática da pesquisa, se desenrolou, a partir do questionamento: Qual a percepção dos beneficiários do Programa Universidade para Todos (UPT), implantado no Estado da Bahia?

E essa foi a intencionalidade dessa pesquisa, avaliar o Programa UPT/BA, a partir da percepção dos seus beneficiários, utilizando como ferramenta a matriz *SWOT*. A utilização da matriz *SWOT* foi escolhida por trazer muitas vantagens, pois mostra um cenário bem realista e permite prever possíveis dificuldades, implementar melhorias, relacionar os pontos fortes e fracos, por uma perspectiva interna e externa, e esses elementos servem para compor um panorama geral, que possibilita ao gestor, analisar o que está acontecendo hoje e o que pode ser melhorado, num processo analítico que permite entender a complexidade e as especificidades do referido Programa, a partir da percepção dos seus beneficiários.

Neste sentido, a discussão sobre as políticas públicas educacionais, amplamente desenvolvida ao longo deste trabalho, oportunizou e ampliou as condições de se avaliar a ação, os produtos e os impactos das políticas educacionais e, especialmente, de se reconhecer a necessidade de uma (re)avaliação da ação governamental desde a educação básica ao Ensino Superior e para além disso, as relações que se estabelecem entre a ação pública e as demandas sociais, uma vez que o Estado se relaciona/responde à pressão ou a ausência de pressão social.

A avaliação do Programa UPT/BA, realizada através desta pesquisa, disponibiliza aos gestores, a obtenção de informações que permite, conhecer de forma mais ampla e pontual o Programa, considerar formas alternativas de resolver os problemas detectados, possibilitando uma melhor tomada de decisões. Por natureza, recomenda-se que a avaliação de um Programa deve ser um processo contínuo, possível e que envolva a todos, sejam os responsáveis pela gestão da política até os beneficiários desta. Esta avaliação contínua faz com que todos os envolvidos possam compreender e ter conhecimento sobre a implementação, sobre os fatores internos e externos que estão envolvidos, tornando mais transparente o seu funcionamento, e conseqüentemente, conseguir responder a uma diversidade de questões relativas a operacionalização do referido Programa, como discorrido ao longo do artigo 02, deste trabalho de Mestrado. A avaliação do Programa UPT/BA através da matriz *SWOT*, também, conhecida no Brasil como Matriz F.O.F.A, tem sido empregada por organizações como parte integrante do planejamento estratégico, a fim de examinar a organização na perspectiva de quatro variáveis: forças (*strengths*), oportunidades (*opportunities*), fraquezas (*weaknesses*), e ameaças (*threats*).

O conhecimento dessas quatro variáveis - forças (*strengths*), oportunidades (*opportunities*), fraquezas (*weaknesses*), e ameaças (*threats*), possibilitou fazer o cruzamento das oportunidades e as ameaças externas ao Programa UPT/BA com seus pontos fortes e fracos; além das forças e fraquezas relativas ao ambiente interno do referido Programa, servindo como indicadores da situação da organização, no caso em questão o Programa UPT/BA.

Nesse sentido, ao final do trabalho foi realizada essa radiografia, acerca do Programa UPT/BA, a partir da percepção dos seus beneficiários, e com base nos dados da pesquisa realizada, sugere-se a equipe de gestores da política: a construção de indicadores de acompanhamento do Programa UPT/BA, que direcionem para uma política mais transparente, com a construção de um sistema de cruzamento de dados, que forneça resultados mais precisos da quantidade de cursistas UPT que ingressaram no Ensino Superior; legitimar por meio de termo de cooperação técnica, a relação com as prefeituras municipais, para a implementação do Programa, nos municípios; ajuste da hora aula dos monitores e servidores que atuam no Programa, nos segmentos técnicos, administrativos, financeiros e pedagógicos; início das atividades do Programa, preferencialmente, no começo do primeiro semestre, para que os estudantes

beneficiários do Programa UPT, possam ter mais tempo para se prepararem para os processos seletivos de acesso ao Ensino Superior; construção de um cronograma de encontro presencial semestral, entre a equipe gestora e os monitores, com encontros virtuais a cada dois meses, para que ocorra uma maior integração e aproximação junto aos mesmos; análise da infraestrutura das salas que ocorrem as aulas dos estudantes beneficiários, entre outras ações.

Concluo o presente trabalho, na certeza de que a intencionalidade do Título geral proposto, “Observatório Programa Universidade para Todos: a percepção dos beneficiários de uma política pública de acesso ao Ensino Superior no Estado da Bahia”, foi acertada, levando em consideração, de que o próprio diálogo trazido na pesquisa com o “Observatório”, trouxe no escopo o cotidiano e as especificidades do Programa, de modo a proporcionar uma reflexão sobre o Programa UPT/BA, a partir da percepção dos seus beneficiários, que pode se converter em um instrumento de informação, que pode vir a subsidiar e dá suporte à decisão pública, potencializando aos gestores da pasta à investigação, ao monitoramento e a uma (re)avaliação da política, uma vez que o trabalho coletivo realizado nesta pesquisa, que envolveu beneficiários dos vários segmentos envolvidos no Programa, trouxe múltiplos olhares para a realidade do Programa UPT/BA, enquanto política pública de acesso ao Ensino Superior.

E neste contexto, vida longa ao Programa UPT/BA, e que essa rede colaborativa, que envolve governo do Estado, Secretaria Estadual, Prefeituras, Universidades Públicas Estaduais e Federais, e a sociedade civil, se constitua cada vez mais, num espaço de cooperação, se constituindo cada vez mais num espaço interdisciplinar, que promova a inclusão e favoreça ao estudante do ensino médio da rede estadual concludente e/ou egresso, a inserção no Ensino Superior, preferencialmente, na Universidade pública.

# APÊNDICES

## **APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado (a) a participar do estudo: O Programa Universidade para Todos (UPT) Bahia na percepção dos beneficiários. Os avanços relativos ao conhecimento científico e ao desenvolvimento de propostas de intervenção na área da Ciência Política, com foco na gestão de políticas públicas ocorrem por meio de estudos como este, por isso a sua participação é importante.

O objetivo deste estudo é analisar o Programa UPT/BA, a partir da percepção dos seus beneficiários, utilizando como ferramenta a Matriz SWOT, matriz que traz muitas vantagens, pois mostra um cenário bem realista e permite prever possíveis dificuldades, implementar melhorias, relacionar os pontos fortes e fracos por uma perspectiva interna e externa, identificar também as ameaças e oportunidades, e esses elementos servem para compor uma grande lista, que possibilita ao gestor, analisar o que está acontecendo hoje e o que pode ser melhorado, num processo analítico que permite entender a complexidade e as especificidades a partir da percepção dos seus beneficiários.

O convite se estende aos (as) estudantes concluintes e egressos do ensino médio da rede estadual, estudantes universitários que atuaram e/ou atuam no programa como professores/monitores, professores especialistas/coordenadores de área e gestores (as) das áreas administrativa, financeira, pedagógica e técnica, que atuaram e/ou atuam no programa nas edições 2019 a 2023. Caso você tenha participado de pelo menos umas das referidas edições, convidamos a responder este questionário que aborda questões gerais sobre o programa UPT/BA.

O questionário eletrônico ao qual você está sendo convidado a participar, faz parte de uma investigação de natureza qualitativa, com técnicas quantitativas, todos realizados de forma não presencial, utilizando-se das ferramentas em ambientes virtuais, para coleta de dados e informações que posteriormente serão tabuladas, interpretadas, analisadas e discutidas à luz de autores de referência.

Considerando o que prevê a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) toda pesquisa com seres humanos envolve algum risco para os participantes. No caso desta pesquisa, por estimular o compartilhamento e a reflexão e a vivência junto ao Programa UPT/BA, pode ser gerado algum constrangimento aos participantes de expor certos aspectos da sua atuação. Para minimizá-los serão tomados alguns cuidados de preservação da identidade dos (as) gestores (as), de garantia do direito de omitir-se de responder qualquer questão ou afastar-se da pesquisa a qualquer momento sem nenhum ônus ou prejuízo.

As informações fornecidas pelos participantes serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmico-científicos, com a garantia do armazenamento em local seguro e de acesso exclusivo do pesquisador, por período estimado de 5 anos, das respostas ao questionário.

Qualquer necessidade de informação complementar ou orientação acerca da demanda poderão ser feitos pelo telefone (71) 98146-6162 e-mail: [pmmachado8897@gmail.com](mailto:pmmachado8897@gmail.com). Ademais, qualquer dúvida de natureza ética poderá ser esclarecida junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRB (CEP/UFRB), sediado na em Cruz das Almas-BA, Rua Rui Barbosa, s/n, Centro, CEP: 44380-000, por telefone (75) 3621-6850 ou por e-mail: [eticaempesquisa@ufrb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@ufrb.edu.br).

Você poderá obter todas as informações que quiser junto ao pesquisador e poderá não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo no seu atendimento.

**Patrícia Matos Machado**

**Pesquisadora responsável**

Telefone: (71) 98146-6162

E-mail: [pmmachado8897@gmail.com](mailto:pmmachado8897@gmail.com)

Discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

[Rosineide Pereira Mubarack Garcia](#)

**Orientadora responsável**

E-mail: [rose.mubarack@ufrb.edu.br](mailto:rose.mubarack@ufrb.edu.br)

Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

*Fui devidamente esclarecido (a) sobre a pesquisa e meus direitos e aceito participar.*

Sim ( )

Não ( )

## APÊNDICE B – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Na condição de mestranda do Curso de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB, estou realizando uma pesquisa sobre o Programa Universidade para Todos (UPT) do Governo do Estado da Bahia. Assim, pedimos a sua importante colaboração respondendo às perguntas abaixo. A sua identificação é opcional.

Obrigada.

Link: <https://forms.gle/A7FvbAtun33xcgGX6>

**\*Obrigatório**

1. TCLE

2. Nome Completo:

\_\_\_\_\_

3. Data de Nascimento:

\_\_\_\_\_

*Exemplo: 7 de janeiro de 2019*

4. **Gênero: \***

*Marcar apenas uma oval.*

1. Mulher Cis
2. Homem Cis
3. Mulher Trans
4. Homem Trans
5. Não Binário
- Outro: \_\_\_\_\_

5. **Qual a sua cor/etnia? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- 1. Amarela
- 2. Branca
- 3. Indígena
- 4. Parda
- 5. Preta
- 6. Não declarar

**6. Estado Civil? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- 1. Solteiro (a)
- 2. Casado (a)
- 3. Desquitado (a)
- 4. Viúvo (a)
- 5. União Estável
- 6. Não declarar

**7. Qual o seu nível de formação máximo concluído?**

*Marcar apenas uma oval.*

- 1. Pós-graduação – pós-doutorado
- 2. Pós-graduação – doutorado
- 3. Pós-graduação – mestrado
- 4. Pós-graduação – especialização
- 5. Graduação
- 6. Médio concluinte
- 7. Médio Egresso
- 8. Não declarar

**8. Qual Universidade Pública você esteve/está ligado ao programa Universidade para Todos (UPT):**

\*

*Marcar apenas uma oval.*

- 1. UNEB
- 2. UESB

3. UESC  
 4. UEFS  
 5. UFRB

**9. Ano de participação do UPT:**

*Marcar apenas uma oval.*

1. 2023  
 2. 2022  
 3. 2021  
 4. 2020  
 5. 2019

**10. A qual segmento você pertence no programa UPT? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Estudante cursista  
 Professor Monitor  
 Professor Especialista/Coordenador  
 de Área Coordenador Geral  
 Coordenador Geral  
 Pedagógico Coordenadora  
 Geral Administrativo  
 Coordenador Geral  
 Financeiro Coordenador de  
 Polo/Gestor de Polo  
 Coordenação de Área Técnica  
 Secretário de Apoio escolar/suporte  
 pedagógico Secretário de Apoio (equipe  
 Núcleo)  
 Secretário de  
 Coordenação

Coordenação Local

Secretários de

Municípios

Assistente de Coordenação (Técnica) Secretários de

Municípios Gestor de Polo e Supervisor

Assistente/ Auxiliar de Coordenação Financeira

Não quero responder essa questão

**11. Marque de 0 a 10 a partir das alternativas abaixo quais os fatores que você considera VANTAJOSO (FORÇAS) no Programa Universidade para Todos (UPT/BA)**

12. Rede colaborativa SEC/Universidades e Municípios

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

\_\_\_\_\_

13. Implementação do programa nos 27 territórios de identidade em espaços diversos (unidades escolares estaduais e municipais/comunidades tradicionais/ong/associações/bases comunitárias, terreiros entre outros)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

\_\_\_\_\_

14. Infraestrutura dos locais de funcionamento das atividades do programa nos 27 territórios de identidade

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

\_\_\_\_\_

15. Cronograma de execução das ações do programa UPT (início e término)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

\_\_\_\_\_

16. Processo de inscrição para uma vaga no Programa UPT pelos

estudantes/cursistas exclusivamente pela internet

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

17. Oferta de aulas com conteúdos voltados para o Enem e o vestibular de segunda a sexta feira

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

18. Oferta aos finais de semana dos projetos complementares (aulões/orientação profissional/seminários temáticos/simulados/revisão Enem e exame vestibular da UNEB e UESB)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

19. Qualidade do material didático (módulos/simulados)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

20. Qualidade das camisas (estudantes/cursistas e dos monitores)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

21. Acompanhamento pelas equipes técnicas, administrativas e pedagógicas nos locais de funcionamento das atividades desenvolvidas no programa

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

22. Acompanhamento e registro da frequência dos estudantes/cursistas no programa

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

23. Critérios de seleção para uma vaga como professor/monitor adotado pelas universidades parceiras

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

24. Atuação dos monitores nas aulas/aulões

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

25. Pagamento da hora aula do monitor

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

26. Realização da formação inicial e continuada (quinzenalmente) para os professores/monitores

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

27. Oportunidade para os estudantes universitários e de vivenciarem o exercício da docência, atuando como professores/monitores

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

28. Critérios de seleção da equipe técnica/administrativa/pedagógica e financeira adotado pelas universidades parceiras

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10



35. Implementação do programa nos 27 territórios de identidade em espaços diversos (unidades escolares estaduais e municipais/comunidades tradicionais/ong/associações/bases comunitárias, terreiros entre outros)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

---

36. Infraestrutura dos locais de funcionamento das atividades do programa nos 27 territórios de identidade

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

---

37. Cronograma de execução das ações do programa UPT (início e termino)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

---

38. Processo de inscrição para uma vaga no Programa UPT pelos estudantes/cursistas exclusivamente pela internet

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

---

39. Oferta de aulas com conteúdos voltados para o Enem e o vestibular de segunda a sexta feira

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

---

40. Oferta aos finais de semana dos projetos complementares (aulões/orientação profissional/seminários temáticos/simulados/revisão Enem e exame vestibular da



---

46. Atuação dos monitores nas aulas/aulões

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

47. Pagamento da hora aula do monitor

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

48. Realização da formação inicial e continuada (quinzenalmente) para os professores/monitores

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

49. Oportunidade para os estudantes universitários e de vivenciarem o exercício da docência, atuando como professores/monitores

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

50. Critérios de seleção da equipe técnica/administrativa/pedagógica e financeira adotado pelas universidades parceiras

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

51. Qualidade da atuação da equipe técnica, administrativa, pedagógica envolvida no programa

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

52. Pagamento hora aula da equipe técnica, administrativa, pedagógica e financeira

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

53. Levantamento do estudantes/cursistas UPT quem ingressaram na universidade

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

54. Divulgação do programa UPT pela SEC e universidades parceiras

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

**55. Marque de 0 a 10 a partir das alternativas abaixo quais os fatores para você podem IMPACTAR NEGATIVAMENTE (AMEAÇAS) no Programa Universidade para Todos UPT/BA**

56. Rede colaborativa SEC/Universidades e Municípios

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

57. Implementação do programa nos 27 territórios de identidade em espaços diversos (unidades escolares estaduais e municipais/comunidades tradicionais/ong/associações/bases comunitárias, terreiros entre outros)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10



---

63. Qualidade do material didático (módulos/simulados)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

64. Qualidade das camisas (estudantes/cursistas e dos monitores)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

65. Acompanhamento pelas equipes técnicas, administrativas e pedagógicas nos locais de funcionamento das atividades desenvolvidas no programa

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

66. Acompanhamento e registro da frequência dos estudantes/cursistas no programa

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

67. Critérios de seleção para uma vaga como professor/monitor adotado pelas universidades parceiras

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

68. Atuação dos monitores nas aulas/aulões

*Marcar apenas uma oval.*





80. Infraestrutura dos locais de funcionamento das atividades do programa nos 27 territórios de identidade

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

81. Cronograma de execução das ações do programa UPT (início e término)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

82. Processo de inscrição para uma vaga no Programa UPT pelos estudantes/cursistas exclusivamente pela internet

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

83. Oferta de aulas com conteúdos voltados para o Enem e o vestibular de segunda a sexta feira

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

84. Oferta aos finais de semana dos projetos complementares (aulões/orientação profissional/seminários temáticos/simulados/revisão Enem e exame vestibular da UNEB e UESB)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

85. Qualidade do material didático (módulos/simulados)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

---

86. Qualidade das camisas (estudantes/cursistas e dos monitores)

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

---

87. Acompanhamento pelas equipes técnicas, administrativas e pedagógicas nos locais de funcionamento das atividades desenvolvidas no programa

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

---

88. Acompanhamento e registro da frequência dos estudantes/cursistas no programa

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

---

89. Critérios de seleção para uma vaga como professor/monitor adotado pelas universidades parceiras

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

---

90. Atuação dos monitores nas aulas/aulões

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

---

91. Pagamento da hora aula do monitor

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

92. Realização da formação inicial e continuada (quinzenalmente) para os professores/monitores

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

93. Oportunidade para os estudantes universitários e de vivenciarem o exercício da docência, atuando como professores/monitores

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

94. Critérios de seleção da equipe técnica/administrativa/pedagógica e financeira adotado pelas universidades parceiras

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

95. Qualidade da atuação da equipe técnica, administrativa, pedagógica envolvida no programa

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

96. Pagamento hora aula da equipe técnica, administrativa, pedagógica e financeira

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

97. Levantamento do estudantes/cursistas UPT quem ingressaram na universidade

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

98. Divulgação do programa UPT pela SEC e universidades parceiras

*Marcar apenas uma oval.*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

---

---

99. Caso deseje, registre aqui outras contribuições que considere importantes para a gestão do Programa UPT

---

---

---

---

**APÊNDICE C – TABELA 2 - RESULTADOS DA SUBCATEGORIA FORÇAS DO PROGRAMA UPT/BA**

<b>Questões</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
<b>Rede colaborativa SEC/Universidades e Municípios</b>	0	3	1	2	6	13	11	25	41	32	107
<b>Implementação do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade, em espaços diversos (unidades escolares estaduais e municipais/comunidades tradicionais/ ONG/associações/bases comunitárias, terreiros entre outros)</b>	0	3	0	0	3	8	5	11	33	40	137
<b>Infraestrutura dos locais de funcionamento onde são desenvolvidas as atividades do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade</b>	1	3	6	0	5	15	16	39	54	37	66
<b>Cronograma de execução das ações do Programa UPT/BA (início e término)</b>	6	6	10	9	4	34	17	17	38	35	67
<b>Processo de inscrição para uma vaga no Programa UPT/BA pelos estudantes concluintes e egressos do ensino médio da rede estadual exclusivamente pela internet</b>	0	2	1	0	6	15	9	15	48	45	100
<b>Oferta de aulas com conteúdos voltados para o Enem e o vestibular de segunda a sexta feira</b>	1	1	1	1	3	4	5	12	23	43	149
<b>Oferta aos finais de semana dos projetos complementares (aulões/orientação profissional/seminários temáticos/simulados/revisão Enem e revisão exame vestibular UNEB e UESB)</b>	1	2	1	2	5	10	5	20	34	41	121
<b>Qualidade do Material Didático (módulos/simulados)</b>	3	4	9	6	9	15	9	25	26	31	105
<b>Qualidade das camisas (estudantes e dos monitores)</b>	8	8	10	5	11	17	21	20	38	29	77
<b>Acompanhamento pelas equipes técnicas, administrativas e pedagógicas nos locais de funcionamento das atividades desenvolvidas no programa UPT/BA</b>	1	1	4	4	9	7	7	21	37	49	101
<b>Acompanhamento e registro da frequência dos estudantes no Programa UPT/BA</b>	1	1	1	0	4	10	6	23	34	46	116
<b>Crítérios de seleção para uma vaga como professor monitor adotado pelas Universidades parceiras</b>	0	0	3	4	3	11	15	21	38	48	94
<b>Atuação dos monitores nas aulas/Aulões/revisão Enem</b>	1	0	1	5	0	6	6	14	28	37	142

<b>Pagamento da hora aula do monitor</b>	6	11	10	8	13	29	21	25	29	25	55
<b>Realização da formação inicial e continuada (quinzenalmente) para os professores/monitores</b>	5	3	2	2	4	10	13	23	40	35	94
<b>Oportunidade para os estudantes universitários de vivenciarem o exercício da docência, atuando como professores/monitores</b>	1	2	1	0	1	7	5	13	19	36	148
<b>Critérios de seleção da equipe técnica/administrativa/pedagógica e financeira adotado pelas Universidades parceiras</b>	1	2	3	4	1	10	15	18	40	48	90
<b>Qualidade da atuação da equipe técnica, administrativa, pedagógica envolvida no programa</b>	1	2	2	2	2	8	1	21	38	48	110
<b>Pagamento hora aula da equipe técnica administrativa, pedagógica e financeira</b>	3	5	6	7	9	19	17	35	27	34	64
<b>Levantamento dos estudantes UPT/BA que ingressaram na universidade</b>	1	2	2	1	8	9	10	27	51	34	86
<b>Divulgação do programa UPT/BA pela SEC e Universidades parceiras</b>	2	2	8	2	7	22	11	23	29	39	89

Fonte: Resultados da pesquisa, 2024.

**APÊNDICE D – TABELA 3 - RESULTADOS DA SUBCATEGORIA  
FRAQUEZAS DO PROGRAMA UPT/BA**

<b>Questões</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
<b>Rede colaborativa SEC/Universidades e Municípios</b>	48	11	10	11	5	28	16	14	21	15	43
<b>Implementação do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade, em espaços diversos (unidades escolares estaduais e municipais/comunidades tradicionais/ ONG/associações/bases comunitárias, terreiros entre outros)</b>	59	14	15	8	9	20	7	17	14	11	36
<b>Infraestrutura dos locais de funcionamento onde são desenvolvidas as atividades do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade</b>	29	9	12	15	10	29	7	13	30	19	40
<b>Cronograma de execução das ações do Programa UPT/BA (início e término)</b>	24	8	12	6	13	22	11	21	25	21	49
<b>Processo de inscrição para uma vaga no Programa UPT/BA pelos estudantes concluintes e egressos do ensino médio da rede estadual exclusivamente pela internet</b>	30	13	24	10	9	22	11	16	19	15	36
<b>Oferta de aulas com conteúdos voltados para o Enem e o vestibular de segunda a sexta feira</b>	58	16	17	8	5	15	11	11	19	10	37
<b>Oferta aos finais de semana dos projetos complementares (aulões/orientação profissional/seminários temáticos/simulados/revisão Enem e revisão exame vestibular UNEB e UESB)</b>	52	17	18	15	3	11	9	13	17	16	33
<b>Qualidade do Material Didático (módulos/simulados)</b>	37	13	12	11	9	19	10	14	16	21	43
<b>Qualidade das camisas (estudantes e dos monitores)</b>	36	22	17	13	8	20	15	13	15	16	31
<b>Acompanhamento pelas equipes técnicas, administrativas e pedagógicas nos locais de funcionamento das atividades desenvolvidas no programa UPT/BA</b>	48	17	18	8	4	18	13	17	11	16	32

<b>Acompanhamento e registro da frequência dos estudantes no Programa UPT/BA</b>	43	19	17	7	9	13	11	15	14	13	40
<b>Critérios de seleção para uma vaga como professor monitor adotado pelas Universidades parceiras</b>	45	12	20	14	8	15	7	16	13	19	31
<b>Atuação dos monitores nas aulas/Aulões/revisão Enem</b>	55	12	22	10	5	13	7	12	10	15	40
<b>Pagamento da hora aula do monitor</b>	31	13	8	5	13	14	9	19	20	28	41
<b>Realização da formação inicial e continuada (quinzenalmente) para os professores/monitores</b>	48	14	20	7	8	18	14	16	14	13	28
<b>Oportunidade para os estudantes universitários de vivenciarem o exercício da docência, atuando como professores/monitores</b>	63	20	13	8	6	14	10	8	10	11	37
<b>Critérios de seleção da equipe técnica/administrativa/pedagógica e financeira adotado pelas Universidades parceiras</b>	47	18	11	14	7	25	9	10	11	16	35
<b>Qualidade da atuação da equipe técnica, administrativa, pedagógica envolvida no programa</b>	49	21	15	6	8	15	16	13	9	15	36
<b>Pagamento hora aula da equipe técnica administrativa, pedagógica e financeira</b>	35	14	12	10	12	17	15	17	19	14	33
<b>Levantamento dos estudantes UPT/BA que ingressaram na universidade</b>	43	15	17	10	6	12	11	12	19	15	36
<b>Divulgação do programa UPT/BA pela SEC e Universidades parceiras</b>	40	10	17	4	7	19	17	14	15	14	40

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2024.

**APÊNDICE E – TABELA 4 - RESULTADOS DA SUBCATEGORIA AMEAÇAS  
DO PROGRAMA UPT/BA**

<b>Questões</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
<b>Rede colaborativa SEC/Universidades e Municípios</b>	61	15	9	13	6	19	6	9	12	6	35
<b>Implementação do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade, em espaços diversos (unidades escolares estaduais e municipais/comunidades tradicionais/ ONG/associações/bases comunitárias, terreiros entre outros)</b>	71	13	16	14	5	12	5	9	7	11	25
<b>Infraestrutura dos locais de funcionamento onde são desenvolvidas as atividades do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade</b>	43	9	15	14	11	17	4	6	18	22	31
<b>Cronograma de execução das ações do Programa UPT/BA (início e término)</b>	35	9	12	10	5	21	12	14	19	13	38
<b>Processo de inscrição para uma vaga no Programa UPT/BA pelos estudantes concluintes e egressos do ensino médio da rede estadual exclusivamente pela internet</b>	41	15	22	14	10	10	10	10	17	12	27
<b>Oferta de aulas com conteúdos voltados para o Enem e o vestibular de segunda a sexta feira</b>	69	10	12	13	7	10	8	11	11	6	30
<b>Oferta aos finais de semana dos projetos complementares (aulões/orientação profissional/seminários temáticos/simulados/revisão Enem e revisão exame vestibular UNEB e UESB)</b>	61	15	12	17	7	15	6	11	7	7	30
<b>Qualidade do Material Didático (módulos/simulados)</b>	44	15	7	16	6	14	7	13	15	11	41
<b>Qualidade das camisetas (estudantes e dos monitores)</b>	45	16	12	16	6	22	12	10	11	13	26
<b>Acompanhamento pelas equipes técnicas, administrativas e pedagógicas nos locais de funcionamento das atividades desenvolvidas no programa UPT/BA</b>	53	11	18	12	6	17	11	10	8	12	31
<b>Acompanhamento e registro da frequência dos estudantes no Programa UPT/BA</b>	55	14	11	16	6	12	9	9	13	12	30

<b>Critérios de seleção para uma vaga como professor monitor adotado pelas Universidades parceiras</b>	48	13	20	7	9	15	12	7	16	11	29
<b>Atuação dos monitores nas aulas/Aulões/revisão Enem</b>	59	15	12	12	5	12	10	11	8	9	35
<b>Pagamento da hora aula do monitor</b>	36	12	10	14	5	17	9	9	22	14	39
<b>Realização da formação inicial e continuada (quinzenalmente) para os professores/monitores</b>	59	16	6	12	10	20	10	8	12	7	26
<b>Oportunidade para os estudantes universitários de vivenciarem o exercício da docência, atuando como professores/monitores</b>	69	12	10	13	3	17	6	7	8	10	30
<b>Critérios de seleção da equipe técnica/administrativa/pedagógica e financeira adotado pelas Universidades parceiras</b>	54	11	11	12	10	17	7	11	16	9	27
<b>Qualidade da atuação da equipe técnica, administrativa, pedagógica envolvida no programa</b>	55	9	13	11	11	15	7	13	11	9	33
<b>Pagamento hora aula da equipe técnica administrativa, pedagógica e financeira</b>	41	9	5	12	15	21	7	12	14	17	31
<b>Levantamento dos estudantes UPT/BA que ingressaram na universidade</b>	56	13	11	10	5	15	11	11	13	11	32
<b>Divulgação do programa UPT/BA pela SEC e Universidades parceiras</b>	52	10	9	10	7	14	8	11	17	13	37

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2024.

**APÊNDICE F – TABELA 5 - RESULTADOS DA SUBCATEGORIA  
OPORTUNIDADES DO PROGRAMA UPT/BA**

<b>Questões</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
<b>Rede colaborativa SEC/Universidades e Municípios</b>	1	0	3	3	1	10	6	12	29	30	97
<b>Implementação do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade, em espaços diversos (unidades escolares estaduais e municipais/comunidades tradicionais/ONG/associações/bases comunitárias, terreiros entre outros)</b>	0	0	2	2	4	2	6	14	20	33	110
<b>Infraestrutura dos locais de funcionamento onde são desenvolvidas as atividades do Programa UPT/BA nos 27 Territórios de Identidade</b>	3	4	2	0	2	15	7	17	27	32	83
<b>Cronograma de execução das ações do Programa UPT/BA (início e término)</b>	4	5	4	5	4	14	9	14	22	24	84
<b>Processo de inscrição para uma vaga no Programa UPT/BA pelos estudantes concluintes e egressos do ensino médio da rede estadual exclusivamente pela internet</b>	0	2	3	2	5	9	11	18	33	31	73
<b>Oferta de aulas com conteúdos voltados para o Enem e o vestibular de segunda a sexta feira</b>	0	0	1	1	2	9	5	11	20	28	113
<b>Oferta aos finais de semana dos projetos complementares (aulões/orientação profissional/seminários temáticos/simulados/rev</b>	0	0	3	1	4	9	5	10	32	28	97

<b>isão Enem e revisão exame vestibular UNEB e UESB)</b>											
<b>Qualidade do Material Didático (módulos/simulados)</b>	3	2	6	3	4	11	10	13	19	23	97
<b>Qualidade das camisas (estudantes e dos monitores)</b>	3	1	8	2	7	19	10	17	30	21	71
<b>Acompanhamento pelas equipes técnicas, administrativas e pedagógicas nos locais de funcionamento das atividades desenvolvidas no programa UPT/BA</b>	0	0	2	5	0	14	6	10	27	33	94
<b>Acompanhamento e registro da frequência dos estudantes no Programa UPT/BA</b>	1	0	2	1	2	11	9	12	28	31	90
<b>Critérios de seleção para uma vaga como professor monitor adotado pelas Universidades parceiras</b>	1	0	1	2	2	14	8	17	34	25	82
<b>Atuação dos monitores nas aulas/Aulões/revisão Enem</b>	2	0	0	2	2	10	5	9	18	28	110
<b>Pagamento da hora aula do monitor</b>	11	1	5	4	5	12	8	16	18	24	82
<b>Realização da formação inicial e continuada (quinzenalmente) para os professores/monitores</b>	2	0	2	2	3	9	7	13	35	23	93
<b>Oportunidade para os estudantes universitários de vivenciarem o exercício da docência, atuando como professores/monitores</b>	1	1	0	2	1	9	6	11	25	28	103
<b>Critérios de seleção da equipe técnica/administrativa/ pedagógica e financeira</b>	1	1	1	5	11	10	1	14	33	24	87

<b>adotado pelas Universidades parceiras</b>											
<b>Qualidade da atuação da equipe técnica, administrativa, pedagógica envolvida no programa</b>	2	1	1	0	2	12	7	13	26	24	104
<b>Pagamento hora aula da equipe técnica administrativa, pedagógica e financeira</b>	2	3	4	5	2	20	7	11	29	25	80
<b>Levantamento dos estudantes UPT/BA que ingressaram na universidade</b>	3	0	1	4	4	10	6	18	29	24	94
<b>Divulgação do programa UPT/BA pela SEC e Universidades parceiras</b>	3	1	2	3	3	11	8	13	26	23	100

Fonte: Resultados da pesquisa, 2024.

**APÊNDICE G – TABELA 6 - RESULTADOS DO PERFIL GERAL DOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA UPT/BA**

<b>GÊNERO</b>					
<b>Mulher Cis</b>	<b>Homem cis</b>	<b>Não binário</b>			

149 = 62,3%	78 = 32,6%	2 = 0,8%			
<b>COR/ETNIA</b>					
Parda	Preta	Branca	Ouros		
125 = 51,2%	72 = 29,5%	43 = 17,6%	1,7%		
<b>ESTADO CIVIL</b>					
SOLTEIRO/A	CASADO/A	UNIÃO ESTÁVEL	DESQUITADO	VIÚVO	
159 = 64%	55 = 22,4%	14 = 5,7%	12 = 4,9%	3%	
<b>NIVEL DE FORMAÇÃO</b>					
MÉDIO CONCLUINTE	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	MÉDIO EGRESSO	outros
70 = 28,6%	50 = 20,4%	44 = 18%	32 = 13,1%	28 = 11,4%	37,1%
<b>VINCULAÇÃO</b>					
UNEB	UESB	UEFS	UESC	UFRB	Ñ DECLAROU
119 = 48,2%	62 = 25,1%	32 = 13%	11 = 4,5%	5 = 2%	7,2%
<b>ANO DE VINCULAÇÃO</b>					
2023	2022	2021	2020	2019	Ñ DECLAROU
160 = 64,8%	33 = 15,4%	6 = 2,4%	6 = 2,4%	20 = 10,5%	4,5%
<b>SEGMENTO</b>					
ESTUDANTE	MONITOR	COORD. DE POLO	OUTROS		
103 = 41,7%	72 = 29,1%	10 = 4%	25,2%		

Fonte: Resultados da pesquisa, 2024.

## APÊNDICE H – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA PESQUISA (EXTRATO)



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O Programa Universidade para Todos (UPT) Bahia na percepção dos beneficiários.

**Pesquisador:** PATRICIA MATOS MACHADO

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 63921222.3.0000.0056

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.857.369

#### Apresentação do Projeto:

As informações dos campos "Apresentação do projeto", "Objetivo da pesquisa" e "Avaliação de riscos e benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas do projeto (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2019222.pdf, de 04/01/2023) e/ou do projeto completo (Projeto de Pesquisa.pdf, de 04/11/2022).

#### "Resumo:

O objetivo desta pesquisa é analisar o Programa Universidade para Todos (UPT), do Governo do Estado da Bahia, política educacional que visa a preparação de estudantes concluintes e egressos da rede estadual de ensino, do Estado da Bahia, para os processos seletivos de acesso ao ensino superior. Além de recolher dados que possam auxiliar na elaboração de instrumentos de gestão de planejamento estratégico com a definição de metas, objetivos, diretrizes, pretende-se trazer uma radiografia, acerca do Programa Universidade para Todos (UPT) Bahia, a partir da percepção dos seus beneficiários, e com base nos dados coletados, analisados, possa colaborar e subsidiar aos gestores da política, para a construção de indicadores de acompanhamento do Programa UPT/BA. Como percurso metodológico, este trabalho terá como procedimento a utilização da pesquisa documental e exploratória, de natureza qualitativa, com técnicas quantitativas e de conteúdo, a ser realizada em três etapas: 1) pesquisa documental e



Continuação do Parecer: 5.857.369

Outros	MINUTAQUESTIONARIO.pdf	15:04:04	MACHADO	Aceito
Declaração de concordância	Declaracaoanuencia.pdf	19/09/2022 15:02:47	PATRICIA MATOS MACHADO	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Declaracao_do_Orientador_Comite_de_Etica_assinado.pdf	19/09/2022 14:59:47	PATRICIA MATOS MACHADO	Aceito

#### Situação do Parecer:

Aprovado

#### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRUZ DAS ALMAS, 19 de Janeiro de 2023

Assinado por:  
RAMAYANA E SILVA COSTA  
(Coordenador(a))